

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Contratualização,  
Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do  
Sector Rodoviário e Ferroviário**

55.<sup>a</sup> Reunião  
(27 de fevereiro de 2013)

---

**SUMÁRIO**

O Sr. Presidente (António Filipe) declarou aberta a reunião às 17 horas e 51 minutos.

Foi ouvido, em audição, o Sr. Dr. Jorge Coelho, ex-Ministro de Estado e do Equipamento Social. Usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Hélder Amaral (CDS-PP), Bruno Dias (PCP), Nuno Encarnação (PSD), Rui Paulo Figueiredo (PS), Adriano Rafael Moreira (PSD), Manuel Seabra (PS), Altino Bessa (CDS-PP) e Duarte Filipe Marques (PSD).

O Sr. Presidente (Emídio Guerreiro) encerrou a reunião eram 20 horas e 36 minutos.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.

*Eram 17 horas e 51 minutos.*

Agradeço a presença do Dr. Jorge Coelho e dou-lhe as boas vindas a esta Assembleia, que tão bem conhece. É um prazer revê-lo nesta Casa.

Antes de iniciarmos esta audição, e como os Srs. Deputados sabem, informo que já estão marcadas as audições desta semana e da próxima. Entretanto, pedia um esforço aos grupos parlamentares no sentido de que as sugestões de questionários relativos às subconcessões fossem enviadas até ao final desta semana para podermos dar andamento célere aos nossos trabalhos, porque, como sabem, começamos a ficar pressionados pelo calendário.

Dr. Jorge Coelho, creio que já está familiarizado com a nossa metodologia. Dar-lhe-ei a possibilidade de fazer uma intervenção inicial, caso queira, e depois terão lugar duas rondas de questões: na primeira ronda cada grupo parlamentar disporá de 8 minutos e na segunda ronda os Deputados que entenderem colocar questões disporão de 3 minutos.

Agradecendo mais uma vez a sua presença, pergunto-lhe se tenciona fazer uma intervenção inicial.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho** (ex-Ministro de Estado e do Equipamento Social): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem, então, a palavra, Dr. Jorge Coelho.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

Uma palavra muito simples para vos dizer que, para além de cumprir a minha obrigação, como é óbvio, é com todo o prazer que aqui estou, numa Casa onde passei tantos e tantos anos da minha vida, quer como Deputado quer como Ministro.

Não vos vou roubar tempo a fazer uma intervenção inicial, pelo que estou, desde já, à vossa disposição para as questões que entenderem colocar.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, segundo a nossa rotatividade, hoje é o CDS-PP a começar, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, gostava de cumprimentar o Sr. Dr. Jorge Coelho. Cruzámo-nos durante pouco tempo, mas gostava também de saudá-lo pelo regresso a esta Casa.

A pergunta que lhe quero colocar prende-se, aliás, com a referência que fez agora à vasta experiência que teve enquanto legislador, enquanto ministro, enquanto pessoa interessada e, agora, enquanto gestor da empresa que tem uma quota-parte considerável nas matérias que estamos aqui a avaliar — são largos milhares de euros que estão em causa e são muitas as concessões.

Já nos apercebemos que houve uma aprendizagem da parte do Estado e da parte dos decisores políticos no processo das adjudicações das PPP, mas a verdade é que somos forçados a considerar que essa aprendizagem devia ter sido mais célere.

Do lado dos privados essa aprendizagem foi rápida e foram muitos os que disseram aqui que o Estado e os privados têm armas desiguais. Muitos deles, na primeira fase das nossas audições, até disseram que o Estado não tem condições (alguns foram mais enfáticos do que outros) para competir com os privados no que é a defesa do interesse público, naquilo que é uma «repartilha» correta, sensata e equilibrada dos riscos e que, normalmente, os privados têm sempre mais e melhores armas e melhores informações.

Já analisámos PPP suficientes para saber quais devem ser as zonas de cuidado, nomeadamente os riscos de tráfego ou a partilha de alguns riscos. De facto, ou são os privados a fazer os estudos, a definir as metas e os valores ou, então, o Estado, normalmente, tem pouca capacidade de contrapor e de reivindicar para si alguns desses ganhos.

Os relatórios do Tribunal de Contas, relativamente às SCUT ou às obras que assinou, nomeadamente em 2002 e em 2003, referem exatamente isso. Ou seja, quer os riscos de alterações propostas pelo Estado, quer os riscos de alteração de legislação específica, de expropriações ou até de eventos de força maior ficaram, no fundo, do lado errado, do lado de quem tinha menos condições para assumir esse risco, o que veio a verificar-se mais tarde num conjunto de reequilíbrios financeiros que não importa agora aqui escarpelizar.

A minha primeira pergunta é, pois, a seguinte: da análise que fez, e como nunca perdeu o contacto com essas coisas, era possível ou não ter melhorado esta distribuição dos riscos? Era possível ou não o Estado não ter aqui, num conjunto de parcerias público-privadas... Aliás, continuo a dizer que não queremos diabolizar, por isso todo o cuidado é pouco para não entrarmos aqui numa diabolização das parcerias público-privadas, mas

fica evidente que, até à data, as PPP parecem ser um negócio mais rentável para os privados e menos rentável para o Estado.

Muitos governantes já assumiram que queriam ter privados neste modelo de negócio, mas o certo é que assistimos, PPP após PPP, a que o Estado se deixou incorrer num conjunto vasto de riscos que dão origem a um conjunto de reequilíbrios financeiros. Felizmente, os pagamentos ficam sempre aquém do que os privados pedem, mas ainda assim não houve o cuidado de fazer legislação ou de encontrar formas de combater isso.

Pergunto-lhe: isso sempre foi assim? Descobriu que isso era assim? É que tivemos aqui o Dr. Alves Neves da Silva, que confessou, ou, melhor, nos confidenciou uma conversa que teve com V. Ex.<sup>a</sup> em que dizia: «Este Ministério é muito mais complicado do que eu tinha imaginado» — estas serão palavras suas.

Gostava, pois, de saber se foi essa a sensação que encontrou, isto é, de algo muito desorganizado, de um Estado incapaz de estabelecer regras, de um Estado que assinava de cruz e que não fazia contas ou se essa expressão era apenas um desabafo dada a dimensão do Ministério, mas que não corresponde a estas dúvidas que o Tribunal de Contas levantou, e que agora eu levanto também, que é o Estado não ter capacidade aparente de se defender contra os riscos que mais tarde lhe causam reequilíbrios financeiros e, por vezes, indemnizações compensatórias gravosas.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Sr. Deputado, agradeço as suas palavras.

Não estivemos nesta Casa muito tempo em conjunto, mas temos tempo em conjunto noutras alturas, dado que somos oriundos da mesma cidade. Somos ambos beirões, somos ambos visienses e acho que isso é importante.

Quero, desde já, dizer-lhe uma coisa: tenho pena de hoje não estar aqui a ser interrogado pelos Srs. Deputados a propósito, por exemplo, da estrada Coimbra-Viseu. Tinha um grande gosto em que me estivessem aqui a questionar sobre por que é que teria sido feita a estrada Coimbra-Viseu. É que, desde o primeiro dia de exercício das minhas funções de Ministro do Equipamento Social, foi sempre um projeto pelo qual me bati, sempre, mas nunca consegui. É um projeto que teve muito consenso. Relembro, aliás, que há um ano e meio, na última campanha eleitoral, já com a crise económica brutal que o País estava a viver, todos os cabeças de lista de todos os partidos que aqui estão — e mesmo dos que cá não estão neste momento — foram unânimes (tenho aqui declarações e entrevistas de todos) em declarar que era prioridade central, digamos, desenvolver, neste caso, o distrito de Viseu e a sua ligação a Coimbra.

Portanto, quero aqui fazer um *mea culpa*. Não consegui tudo para hoje, aqui, estarem a questionar-me sobre por que é que teria decidido fazer tal estrada. Não consegui!

Estou convicto de que é algo que vou ver e até, se calhar, participar na inauguração, porque ainda ouvi há bem pouco tempo o Sr. Ministro da Economia declarar que vai ser feita a estrada. O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas e dos Transportes também declarou que vai ser feita, todos os Srs. Presidentes de Câmara da região declararam que vai ser feita. Eu estarei a apoiar no dia em que tal realização se concretize, porque efetivamente estamos a falar de uma ligação importantíssima e com um nível de sinistralidade altíssimo, com um elevado nível de tráfego e de uma região que precisa também de fazer parte da lógica da coesão territorial que tem de haver em Portugal.

Mas indo diretamente à questão que me colocou, não tenho essa ideia. Tenho de me posicionar — é para isso que fui convocado para aqui

estar, tenho aqui a minha convocatória — para falar sobre três concessões: Costa de Prata, Algarve e Interior Norte.

É globalmente nesse tempo que me vou focar, que foi o tempo em que fui Ministro de Estado e do Equipamento Social do Governo presidido pelo Eng.º António Guterres, de que muito me orgulho de ter feito parte, e do que foi possível desenvolver durante esse Governo.

Há aqui três questões muito importantes.

Em primeiro lugar, qualquer Governo tem obrigação, no desenvolvimento das suas funções, tendo em conta o que são as funções do Estado, de dotar a sociedade e as pessoas dos bens e serviços que satisfaçam as necessidades coletivas. É essa a função de um Governo que gira bem esse desígnio.

Em segundo lugar, qualquer Governo, em qualquer parte do mundo — e eu tenho percorrido, nestes últimos anos, muitos países por esse mundo fora —, não tem os meios financeiros necessários, em termos orçamentais, para desenvolver esse objetivo, esse desígnio. Dou um exemplo: a Colômbia, que tem um projeto de desenvolvimento de infraestruturas brutal, tem no seu orçamento 100 milhões de dólares para fazer esse plano de desenvolvimento, que é todo feito com parcerias público-privadas.

Em jeito de *fait divers*, quero dizer-lhes que foi com algum prazer intelectual que há bem pouco tempo, numa visita ao Perú e à Colômbia, o Sr. Primeiro-Ministro ouviu o Presidente da Colômbia, na intervenção e nas saudações que fez ao Estado português, declarar que o plano de infraestruturas que ali estava a ser feito, o plano de parcerias público-privadas, se tinha baseado muito no que era considerado internacionalmente um êxito, que era o plano de parcerias público-privadas

português. Não sei se o Sr. Primeiro-Ministro ficou ou não com algum orgulho de ouvir ali elogiar o País relativamente a esta temática.

Segunda questão: os países não têm os meios financeiros e precisam de arranjar instrumentos financeiros para o fazer. E as parcerias público-privadas são um instrumento que foi utilizado em Portugal e que irá ser continuado, inevitavelmente, não sei daqui a quanto tempo, quando a situação económico-financeira do País o permitir, tal como é utilizado em todo o mundo.

Ainda há pouco tempo, a convite do presidente da Confederação Ibero-Americana, participei num encontro com os ministros das infraestruturas de todos os países ibero-americanos, onde fiz uma intervenção sobre as parcerias público-privadas. Portanto, quando bem utilizado, este é um excelente instrumento financeiro.

Depois, há o novo modelo económico, em grande parte dos países do mundo, em que o Estado passou a ter uma função mais reguladora do que de investidor.

Como tal, estas três questões fizeram com que o Governo do qual eu fazia parte, já antes de eu ser Ministro do Equipamento, tivesse aprovado a necessidade de ter um plano de desenvolvimento de infraestruturas criando condições para que o País se desenvolvesse, para que houvesse maior coesão territorial e para que — algo que considerávamos muito importante naquela altura, tal como eu, como cidadão, considero hoje também muito importante — o País que tivesse condições para praticar uma política de maior solidariedade do que havia naquele momento, mas considerando, como é óbvio, que isso fosse feito, também, dentro de um controlo orçamental que é fundamental ser feito.

É evidente que é preciso ter cuidados nesta matéria — quero deixar isso aqui bem claro. As PPP geram dívida, é óbvio que diferida no tempo, a



qual exige bastante rigor, digamos, no seu controlo, mas como é evidente as parcerias público-privadas em Portugal geraram — e estou a falar do tempo em que eu tive responsabilidades governativas — crescimento económico, desenvolvimento sustentável, promoção da equidade social e eficiência. São quatro questões importantíssimas para aquilo que era necessário desenvolver.

Quero dizer-lhe uma coisa: quando eu executava funções, não de técnico, mas de ministro — são diferentes as funções de um técnico e de um ministro —, aquilo que eu dizia era que quem tinha lançado este programa, em 1997, presumo, tinha sido o Ministro João Cravinho, que já esteve nesta Comissão, mas que eu, como ministro desse Governo (como todos os ministros que faziam parte desse Governo), sou tão responsável como ele por ter concebido e lançado este plano de infraestruturas com os objetivos com que foi criado.

Estes planos e a sua concretização foram estudados por quem tinham de ser estudados, foram criadas as comissões que tinham de ser criadas, com pessoas da área das finanças, com pessoas do Conselho Superior das Obras Públicas... Os técnicos mais credenciados deste País participaram neste processo.

Portanto, em consciência, quero dizer a esta Comissão que, em total consciência, atendendo às pessoas que estavam à volta da conceção deste projeto, atendendo às condições económico-financeiras que existiam na altura no País e que vou aqui relembrar — é bom vermos o momento em que estávamos —, tomei as decisões que tomei.

1997 (até tenho saudades destes números, sou franco a dizer): défice, 2,5% — interessante; crescimento económico, 4,41% — interessante; desemprego, 7% — interessante; dívidas, 54,3% — muito interessante.

1998: déficit, 2,2%; crescimento, 5,14%; desemprego, mais ou menos 7%; dívida (baixou), 50,3%.

1999: déficit, 2,7%; crescimento, 4,07% (é agradável de ouvir, não é, Srs. Deputados? Velhos tempos!); desemprego, mais ou menos 7%; dívida (baixou novamente), 49,4%.

2000 (o último ano inteiro em que estive no Governo): déficit, 2,9%, (quarto ano consecutivo abaixo dos 3%); crescimento económico, 3,92%; o desemprego baixou a taxa um pouco mais de 6%; e a dívida também baixou para 48,5%.

Ou seja, estavam criadas as condições que constam de qualquer compêndio, de qualquer boa prática, em qualquer país do mundo, para o lançamento de parcerias público-privadas. Isto é, havia boa situação económica no País, boa situação financeira, as perspetivas de crescimento eram positivas. Do ponto de vista técnico, tudo o que tinha na altura e que tenho hoje como garantido, estavam criadas todas as condições de se poder desenvolver este instrumento como um instrumento positivo para desenvolver o País, para criar emprego, para aumentar a procura em terra, para dar mais coesão territorial ao País, ou seja, para termos um País melhor.

Portanto, Sr. Deputado, digo-lhe com total sentido de responsabilidade que o Governo de que fiz parte, presidido pelo Eng.º António Guterres, tomou as decisões certas, no enquadramento certo. Não era possível, num momento daqueles, estar a prever que viessem a acontecer as crises todas que têm acontecido no mundo nestes anos todos. E, como é óbvio, quando acontecem situações dessa natureza, compete aos governos tomar decisões, como foram tomadas.

Para terminar, queria dizer o seguinte: as parcerias público-privadas não começaram com o Governo de que fiz parte! Há parcerias público-

privadas do tempo do Prof. Cavaco Silva! Há parcerias público-privadas do tempo do Dr. Durão Barroso como Primeiro-Ministro! Há parcerias público-privadas do tempo do Dr. Pedro Santana Lopes! Os senhores têm isso tudo! Há parcerias público-privadas assinadas pelo Eng.º Valente de Oliveira, pela Dr.ª Ferreira Leite! Isto foi completamente transversal a todos os governos!

Mas, se quiserem, deixo de falar... Estou a falar de pessoas minhas amigas, meus colegas, até, de administração da empresa de onde saí há pouco tempo e, portanto, não tenho nenhum problema em estar a falar nessa matéria. Quero é enquadrar o momento em que estas decisões foram tomadas, porque, como é óbvio, em minha opinião, têm a justificação que devem ter.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Muito obrigado, até pelo cumprimento beirão, que registo. Também fui cabeça de lista. Embora defendesse a estrada... Se tiver aí todas as minhas intervenções, verá que quando o Sr. Ministro da Economia anunciou a obra fui dos primeiros a dizer que era melhor termos bom senso e sensatez, porque a situação económica do País aconselhava a tal. Embora reconheça que talvez seja a estrada que mais se justifique e que tenha mais custo-benefício relacionado um com o outro... Mas, infelizmente, a opção do Governo não foi essa.

Já agora, aproveitando a resposta que me deu, queria perguntar-lhe se posso deduzir, não querendo estar a ser abusivo, que há aqui uma crítica aos Governos do Eng.º Sócrates. É que o défice, em 2009, era de 10,2% e

em 2010 era de 9,8%; e em 2008 o desemprego andava à volta de 469 000 desempregados, em 2009 de 581 000 e em 2010 de 657 000.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Duplicou agora!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — E é exatamente nessa altura que se batem todos os recordes de parcerias público-privadas rodoviárias.

Não está aqui em causa o Plano Rodoviário Nacional, de que V. Ex.<sup>a</sup> seguramente fez parte e que foi aprovado, nesta Casa, por unanimidade. Portanto, ninguém se pode queixar disso, ele está aí, era para concretizar, todos os partidos deram para esse peditório, mas o problema é, como disse, e bem, que tem de ser usado com parcimónia, tendo em conta a situação financeira do País.

E o mesmo Governo teve dois pesos e duas medidas: em relação à ferrovia, terá anulado algumas PPP com base na condição financeira do País e na degradação das circunstâncias económicas, mas em relação às estradas não fez isso. Há oito subconcessões que nos vão cair em 2014. Por isso é que alguns dizem que não se paga nada. Não se paga ainda, mas vamos pagar em 2014, com certeza!

Quando lhe perguntava pelo risco, estava exatamente a apelar à experiência que V. Ex.<sup>a</sup> tem. Se eu olhar para a Costa de Prata, houve uma alteração de traçado — nada a fazer, gerou reequilíbrio financeiro. Mas no Algarve e no Interior Norte, apesar de o Estado querer introduzir portagens — decisão unilateral, portanto, risco político assumido e, com isso, nada a opor aos privados —, a verdade é que, nessas subconcessões, para além de termos 30 anos de contrato e de ser quase impossível prever como é que vai correr a vida dessa parceria público-privada, o Estado incorreu sempre,

desde essa altura (até desde antes de V. Ex.<sup>a</sup> estar no Governo), nos mesmos erros.

Por que é que é que isso acontece?

O Estado fez uma renegociação desses contratos prevendo crescimento de tráfego de 5%, 4% e 3% ao ano durante os 30 anos, quando já nessa altura se verificavam quebras de tráfego que os privados vieram aqui confirmar e anunciar. Ainda assim, o Estado assumiu esse risco para si próprio. Portanto, está sempre a ter prejuízo.

Segundo o relatório da Ernst & Young — julgo que o leu, mas gostava que o pudesse confirmar —, a verdade é que, olhando para o caso-base e para o que está a acontecer, todas elas têm uma antecipação de distribuição de dividendos aos acionistas: no caso da do Algarve, 19,1 milhões de euros; no caso da do Interior Norte, encargos financeiros reais inferiores ao previsto no caso-base, desde 2004 a 2011; na da Costa de Prata, exatamente a mesma coisa.

E aqui não há uma partilha, a que a Ernst & Young chama «benefício sombra», que é um termo com que esta Comissão tem convivido bastante, e que é o seguinte: há sempre parcelas nos contratos, há sempre riscos nos contratos, há sempre contratos em OPEX ou em CAPEX que geram rendimentos para os privados mas de cujos valores o Estado fica sempre de fora. É isso que faz com que no VAL (valor atualizado líquido) o Estado tenha uma previsão e, no final, acabe por ter uma outra.

Se somarmos a isso que o Estado assume o risco de tráfego e que esse risco se tem reduzido, não só pela profusão de estradas que o Estado vai construindo — não aquelas que, pelos vistos, seriam as desejáveis e as mais úteis, como acabou de reconhecer, mas outras que não se explicam... Não lhe vou colocar perguntas sobre isso, mas no Norte e na Grande Lisboa há estradas com portagens reais com prejuízo para as empresas

privadas que o Estado resolve assumir por indicação do próprio Estado. O Estado assume para si estradas que dão prejuízos — já todos aqui chegámos a essa conclusão: 360 milhões de euros de prejuízos, sem que o Estado se precaveja.

O anterior Ministro das Finanças disse: «Bom, reconheço que o Estado não tem mecanismos de controlo e, não tendo mecanismos de controlo, deixei um conjunto de legislação para que os pudéssemos melhorar».

Tivemos a controladora da Direção-Geral de Finanças a dizer: «Havia megalomania, havia financiamento, não era para pagar, fizeram-se as parcerias público-privadas todas».

No fundo, era necessário perceber por que é que quem esteve na decisão política, quem esteve na decisão dos privados, quem esteve na decisão enquanto Deputado — e quis pôr todos os partidos envolvidos, até o meu, que possivelmente terá participado numa ou noutra parceria público-privada —, não encontrou para o Estado, em relação à vida de todas as parcerias público-privadas, um modelo de fiscalização, a exemplo de outros países. Os ingleses tratam isto melhor do que nós. Temos aqui uma disputa sobre se os ingleses são mais campeões que nós nas parcerias público-privadas, mas o certo é que, quando quisemos fazer a avaliação das PPP, socorremo-nos muito do modelo inglês, das melhores práticas inglesas. Mas temos, sistematicamente, este problema nas parcerias público-privadas.

Gostava, pois, de lhe perguntar se posso deduzir que há uma crítica feita aos governos que fizeram mais parcerias público-privadas, nomeadamente rodoviárias, e até ferroviárias, e, se assim não foi, qual é a leitura que faz do número de parcerias público-privadas que fizemos no País. É razoável? Não é razoável?

Era ou não de bom senso termos tido mais cuidado com este modelo, que é bom, mas que, de facto, é muito perigoso se não tiver o cuidado do equilíbrio financeiro das contas do País?

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Sr. Deputado, sobre a questão das divergências, a única que vi até agora foi a de o Sr. Deputado criticar o Ministro da Economia. Não vi mais nenhuma além dessa, o que é normal. Também não morre ninguém que nos critiquemos uns aos outros, não tem mal nenhum.

Relativamente a essa matéria, quero dizer-lhe o seguinte: é evidente que fui convocado para vir aqui falar sobre as subconcessões da Costa de Prata, do Algarve e do Interior Norte na minha qualidade de ex-Ministro do Equipamento Social. E é sobre isso que vou falar. As questões que o Sr. Deputado me está a colocar são posteriores a isso tudo.

No tempo em que fui Ministro do Equipamento Social essas três SCUT foram adjudicadas por mim, mas os respetivos concursos foram lançados antes de eu ser Ministro — já assumi, também, a responsabilidade global desse projeto —, com comissões que analisaram os contratos, que analisaram isso tudo.

O que posso dizer aos Srs. Deputados é que, como qualquer pessoa que tenha exercido as funções de ministro nos termos em que as exerci — era também Ministro de Estado —, nunca participei em nenhuma reunião de negociação com ninguém nem com nenhuma empresa. Nem nunca falei com os presidentes, nem com os membros das comissões de negociação. Estão aqui os nomes todos. Nem sei quem são. Da subconcessão da Beira Interior é o Dr. José Monteiro de Moraes, da subconcessão da Costa de Prata são o Eng.º Arménio Faria, o Eng.º José Boavida... Não faço a mínima ideia de quem são!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Tinha liberdade total para negociar!

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Sim, mas era natural! E isto, depois, era verificado por quem de direito: aprovado pelos órgãos institucionais do Estado e adjudicado pelos Ministros das Finanças e das Obras Públicas.

Curiosamente, a da Costa de Prata, lembro-me agora, até foi assinada por mim e por uma pessoa por quem tenho grande estima, que saiu há pouco tempo de Vice-Presidente da Caixa-Geral de Depósitos, como conhecem bem, e que era Secretário de Estado do Tesouro à altura.

Portanto, as questões que me coloca, salvo o devido respeito, têm de ser colocadas às pessoas que, do ponto de vista técnico, analisaram isso. Eu não lhe sei dizer nada disso. Nem me competia a mim, enquanto Ministro, saber esse tipo de questões.

O que lhe posso dizer, como é óbvio, é que em cada momento... Havia um jogador do Futebol Club do Porto que, como sabem, tinha uma frase muito especial relativamente às previsões, e eu não quero repetir isso...

*Risos.*

Na altura em que era membro do Governo, todos os estudos que analisei para poder tomar as decisões que tomei, para o Conselho de Ministro tomar as decisões que tomou, me davam garantias de que o processo ia desenvolver-se normalmente.

A minha maior responsabilidade era a de ter a noção, dada pelo Ministério das Finanças e pelo Conselho de Ministros, se havia ou não



condições globais de os princípios centrais do que deve ser o lançamento de um instrumento financeiro desta natureza poderem ser desenvolvidos. Isso qualquer Governo tem obrigação de o fazer! Não é só o Governo de que eu fazia parte.

Se bem me lembro, agora já como cidadão — e não querendo estar a envolver-me nem em questões deste Governo, nem do anterior, nem dos outros anteriores, não foi para isso que me chamaram aqui —, quero dizer-lhe que, tanto quanto me apercebi, o processo das parcerias público-privadas foi parado pelo Governo anterior. Olhe, infelizmente! Estava lá no pacote a estrada para Viseu! Está a ver? Até já tinha sido feito o concurso, e foi anulado. Aí, sim, quero aqui dar conta do meu desconforto e do meu protesto relativamente ao Governo anterior, por não ter feito a estrada para Viseu, porque era uma estrada que era e é necessária. No dia em que este Governo, o Sr. Ministro da Economia ou o Sr. Primeiro-Ministro a fizerem...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Mas conhece as razões!?

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — ... terão o meu aplauso. Quero aqui deixar isto porque sou coerente desde sempre, não é só de hoje e conforme me convém ser ou deixar de ser. Sou desde sempre! Sempre defendi aquela estrada e se resolverem fazê-la, quando houver condições económicas no País,...

A Sr.<sup>a</sup> **Carina Oliveira** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras da oradora).*

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Mas não foi o que ele disse, Sr.<sup>a</sup> Deputada, infelizmente! Não foi o que o Sr. Ministro disse, disse que ia fazê-la porque havia muitas pessoas a quererem concessões daquilo e ia fazê-la. Já percebi... Não vou dizer aquilo que ia dizer... Adiante!

*Apartes inaudíveis na gravação.*

Não, mas não quero aqui... Tenho de me lembrar permanentemente que não sou Deputado e, portanto, não tenho de estar aqui a dizer coisas que não devo.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Já falou sobre tantas coisas!

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Mas são coisas inseridas naquilo que é o tema que estou a tratar. Não tenho o direito de estar aqui a dizer coisas que me apetecia, mas não posso.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar agora ao PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Dr. Jorge Coelho e agradecer a sua presença.

Acompanhámos, embora noutras circunstâncias, fruto de trabalhos parlamentares, o início do seu depoimento e as suas respostas e, na linha daquilo que tem vindo a seguir no seu depoimento e na participação nesta reunião, quero colocar uma questão que tem a ver com a opção estratégica e com a opção política pelas parcerias público-privadas. Ao fim e ao cabo,

esta é a raiz do problema, nomeadamente nesta discussão em que estamos perante um modelo de financiamento.

No Governo de que o senhor fez parte, tínhamos um modelo de financiamento, anunciado pelo Eng.º João Cravinho, seu antecessor, e depois mantido e assumido pelo Governo no seu todo como base fundamental para a estratégia que vieram a levar à prática, que tinha a ver com pressupostos que nunca vieram a verificar-se. Refiro-me, nomeadamente, à supremacia do ponto de vista da eficiência custo-benefício e da boa gestão quer da construção da obra pública quer, depois, da sua exploração.

Ao ouvir as suas respostas até agora, fiquei com a ideia de que, na sua opinião, o balanço que faz das opções que foram seguidas no seu Governo e naqueles que se lhe seguiram, pelos vistos, é francamente positivo quanto ao modelo de negócio, quanto ao modelo de financiamento e quanto à opção estratégica e política pelo modelo PPP.

Sr. Doutor, percebi bem? É esse o balanço que faz ou pensa que alguma coisa correu mal e que essa decisão não foi a acertada? Isto é só para nos situarmos na discussão.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Sr. Deputado, muito obrigado pelas suas palavras.

Só para enquadrar a questão, diria que há pouco tempo ouvi altos responsáveis deste País, depois de o Eng.º António Guterres ter feito uma declaração em que assumia que tinha havido alguns erros no âmbito da sua governação, o que eu também assumo, pois não é sério ninguém que tenha exercido funções neste País, em todos estes anos, dizer que nunca cometeu erros... Isso é algo que cada um de nós, como cidadão, sabe que é impossível.

Portanto, Sr. Deputado, acredito que se nós, depois de um certo tempo de desenvolvimento de cada projeto, pudéssemos novamente voltar à estaca zero, se calhar, faríamos algumas coisas diferentes. Se calhar, cometemos erros. Eu, se calhar, cometi erros. Aliás, não é «se calhar», eu cometi mesmo erros. Como lhe digo, considero muito pouco sério quem quer que seja, como já ouvi dizer a alguns, dizer: «Nos meus governos não houve erro nenhum, foi tudo certo.»

Porém, aqui há uma questão que é determinante. O Sr. Deputado coloca-me uma questão muito importante, que é a de saber qual o instrumento que se utiliza, porque o objetivo central que havia nesse Governo era o de crescimento do País para haver condições de os cidadãos terem uma vida mais digna e mais solidariedade no País.

Se me permitem, quero aqui dar conta do seguinte: haver coesão territorial, romper o interior do País, criar condições de desenvolvimento logístico para que o País se desenvolva como um todo são questões determinantes para que a criação de riqueza permita que se desenvolvam outras políticas.

Gostava só de dar alguns exemplos.

Primeiro, hoje dizemos que temos a geração com melhor formação dos últimos 100 anos, ou nem sei quantos anos é que se pode dizer. Mas isso teve um começo! Isso começou exatamente no Governo do Eng.º António Guterres, com o apoio que foi dado, porque havia condições financeiras para isso, ao desenvolvimento de uma política nova de educação, com os Ministros Marçal Grilo e Guilherme d'Oliveira Martins, e com Ana Banavente, à frente desse Ministério, que criaram condições, com o alargamento de várias coisas que foi possível fazer, para que hoje, ao fim destes anos, porque são reformas que demoram a desenvolver,

possamos reivindicar que temos, como temos efetivamente, uma classe de jovens entre os 25 e os 30 anos com um nível de formação diferente.

Segundo, permito-me também dizer-lhe, com um grande orgulho nisso, que tivemos uma política social completamente nova. Na altura, fomos muito criticados pela direita, em Portugal, por termos criado o que hoje se chama o rendimento social de inserção — era um escândalo! Escândalo considerava eu na altura, como considero hoje, haver pessoas que não têm dinheiro para ter uma vida digna, haver reformados que não têm dinheiro para comprar os medicamentos. Isso considerava ontem como considero hoje um verdadeiro escândalo!

Terceiro, a capitalização da segurança social é algo que é sagrado, do meu ponto de vista, e foi com esse Governo também, com Ferro Rodrigues e Vieira da Silva à frente do Ministério, que foi possível começar a transformar-se a segurança social em algo que tem sustentabilidade, e espero que nunca deixe de ter, para que as pessoas possam ter uma perspetiva de ter um fim de vida à altura daquilo que foi a sua contribuição, a forma de poderem contribuir a sério para terem uma vida digna.

Havia naquele Governo uma marca grande de desenvolvimento e solidariedade. Para haver solidariedade, naquele ou em qualquer governo, tem de haver criação de riqueza e, para haver criação de riqueza, tem de haver trabalho. Infelizmente, na altura e hoje também, a nossa economia é uma economia muito fechada, com um nível de exportações ainda baixo — mesmo tendo vindo a subir nos últimos anos, não chegam aos 40%, quando países com a nossa dimensão, como a Holanda e a Bélgica, têm uma percentagem de exportações acima dos 80% —, e era preciso criar condições para a procura interna subir.

Ontem como hoje, como cidadão, poderei dizer o mesmo. É impossível desenvolver o País se a procura interna não subir. Isso quer

dizer que tem de haver emprego, quer dizer que tem de haver investimento, quer dizer que tem de haver capacidade de desenvolvimento em Portugal para as pessoas poderem ter uma vida à altura daquilo que são os seus desafios.

Portanto, quero dizer-lhe que podem ter sido cometidos erros, mas os objetivos centrais que foram colocados pelo Governo de que fiz parte eram objetivos corretos, eram objetivos que foram seguidos com rigor, eram objetivos que deram os seus resultados. Alguns deles foram por mim anunciados há pouco.

Como sabem, saí do Governo em 2001. Há pouco dizia o Sr. Deputado que o antecedeu que, numa conversa que tive, referi que «este Ministério é mais complicado do que eu imaginava». Veja lá que até saí do Ministério porque caiu uma ponte, o que foi uma tragédia gigantesca que existiu em Portugal, em resultado daquilo que era a falta de investimento na manutenção das obras públicas, que são da responsabilidade do Estado para que os cidadãos as possam utilizar.

Portanto, pode ter havido erros, admito que sim, mas os objetivos centrais foram certos e o balanço global que faço dos tempos em que tive responsabilidades nisto é positivo, como é óbvio.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Dr. Jorge Coelho, voltando às PPP, registo e compreendo muito bem a sua ideia de que não é sério alguém dizer que nunca cometeu erros, com o que concordo. Porém, com toda a consideração, quero dizer-lhe que, ao ouvir a sua resposta, fico com a ideia de que o senhor está convencido de que terá cometido erros mas, assim de repente, não está a ver nenhum.

Quando a pergunta que dá origem a esta abordagem é feita relativamente ao modelo de financiamento e à estratégia seguida pelo seu

Governo e pelos governos seguintes quanto às PPP... Repare que aqui não estou a querer fazer uma coisa que poderá ser a tentação em alguns debates, que é personalizar e individualizar as críticas e as opções políticas. Estamos perante opções políticas que, neste caso, até nem são exclusivas de um partido político, do seu partido, quando esteve no Governo.

Aliás, gostava também de o ouvir sobre a questão de a opção pelas PPP ter sido transversal a todos os governos. Sublinhe-se «a todos os governos», porque coisa diferente é dizer que é transversal a todos os partidos.

Quando senhor diz que a única divergência que viu foi entre o Deputado do CDS e o Ministro da Economia, convido-o a ver outra vez e a ver melhor, porque encontrará outras divergências de fundo, que, inclusivamente, remontam ao tempo em o senhor estava no Governo e em que a opção — e voltamos à questão — seguida pelo seu Governo, como o senhor se recordará certamente, tinha a ver com um modelo de financiamento que mereceu uma divergência profunda por parte do PCP, mesmo que estivéssemos na primeira linha da defesa e da exigência da construção de uma determinada infraestrutura, e esta é uma questão de fundo que não podemos escamotear.

Não podemos partir do princípio de que o investimento público é sinónimo de parceria público-privada, que a construção de infraestruturas é sinónimo ou implica parceria público-privada ou que a concretização do Plano Rodoviário Nacional implicava isso. Aliás, nesta Casa, houve um debate de apreciação parlamentar de um decreto-lei do tempo em que o senhor estava no Governo que resultou numa melhoria e num aperfeiçoamento aprovado por unanimidade, por proposta do PCP, deste Plano, mas ali nada estava indiciado no sentido de que o modelo de financiamento tinha de ser este.

Portanto, fundando-nos na questão primordial da diferença entre o tal plano de rasgar horizontes para criar infraestruturas e condições para o desenvolvimento do interior do País, a coesão territorial, a dinamização da atividade económica, etc., etc., as infraestruturas que na altura eram reclamadas pelas populações, propostas pelo PCP na Assembleia da República, foram concretizadas dessa forma que o senhor disse, que tinha, aparentemente, na sua opinião, grandes vantagens e que continua, na sua leitura, a considerar.

Não lhe peço nada de dramático do ponto de vista de balanços de vida ou de procura de erros ou de percursos realizados, mas vou ter em conta o balanço que foi feito até agora pelo Sr. Dr. Jorge Coelho desta opção estratégica de ir para um modelo de financiamento de parceria público-privada, com taxas internas de rendibilidade acionista que são aquelas que ao longo dos anos temos vindo a verificar, com o resultado final para as populações que, ainda por cima, é a antítese daquilo que lhes foi prometido, ou seja, têm uma magnífica autoestrada mas não a podem usar porque tem uma portagem que não podem pagar, e nesse contexto, para o Estado e para as populações — não é tudo a mesma coisa! — tem havido implicações e consequências para as suas vidas que têm sido sobejamente analisadas e dissecadas neste debate. O que lhe pergunto — há pouco dizia se fosse possível voltar atrás, se fosse possível voltar à estaca zero, tomar as mesmas decisões —, não é sabendo o que sabia na altura mas, sim, com o balanço que faz hoje, o senhor está aqui a discutir connosco e não estamos apenas a fazer o balanço do passado —, continuaria, hoje, a recomendar as PPP. É esta a pergunta que lhe faço.



O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Agradeço-lhe, Sr. Deputado, a questão que colocou, com total pertinência, como é, aliás, seu timbre e quero dizer-lhe o seguinte: em primeiro lugar, não sou narcisista.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Também tenho essa ideia!

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Fala-se genericamente que se cometem erros, mas olha-se para o espelho e... são os outros. Tenho consciência disso e não teria qualquer sentido estar agora aqui a fazer uma sessão de análise sobre os erros maiores ou menores que cometi.

Mas o Sr. Deputado coloca uma questão com total pertinência e importância, ao perguntar: porquê este modelo e não outro? Por que não, por exemplo, o modelo habitual de obra pública?

Sr. Deputado, tanto quanto me recordo — já lá vão uma série de anos e a minha memória já não é o que era há alguns anos —, como imaginará, um Governo constituído por gente séria, como era o Governo de que fiz parte, estudou todas essas hipóteses.

Agora, havia uma prioridade central (e essa era a questão central discutida nos Conselhos de Ministros): era preciso avançar com o investimento, era preciso dar um abanão no País, era preciso criar condições para aumentar a procura interna, era preciso criar condições para que se criasse riqueza em Portugal, para que as pessoas tivessem trabalho. E houve pessoas que analisaram estes *dossiers*, mas esta decisão, como imagina, foi tomada antes de eu ser Ministro do Equipamento Social, foi tomada em 1997. No entanto, sou corresponsável, porque aprovei isso em Conselho de Ministros, e jamais me ouvirão aqui dizer que não sou responsável por tudo aquilo que o Governo de que fiz parte fez, tudo (o que fez de bem e o que fez de mal). Sou assim e também já não vou deixar de

sê-lo, nos anos que ainda me faltam (e espero que ainda sejam alguns) da minha vida.

Sr. Deputado, quero dizer-lhe, com toda a sinceridade, o seguinte: o modelo das parcerias público-privadas foi feito porque não houve alternativa. Dentro dos prazos que era necessário para criar condições para o desenvolvimento, que considerámos vital para que o País e a vida das pessoas andassem para a frente, dentro desses prazos, repito, para a outra alternativa de investimento, a obra pública, não havia financiamento. E essa foi a maneira de conseguirmos trazer a banca internacional — como sabe, grande parte destes projetos é financiada por bancos estrangeiros. Os senhores certamente já discutiram ou vão discutir a questão da Lusoponte e, quando o fizerem (não sei se já foi discutido, ou não), chegarão à conclusão de que o consórcio financeiro que suportou o investimento na Lusoponte tinha dos maiores bancos do mundo. E, como é óbvio, esses bancos não estavam disponíveis para financiar este conjunto de investimentos que era necessário fazer noutras condições que não estas.

Portanto, Sr. Deputado, a alternativa era uma, de duas: ou se estudava (como foi estudado junto de países que já tinham desenvolvido este modelo), com técnicos de alto gabarito aqui, em Portugal, a maneira de, através das parcerias público-privadas, arrancar com isto, ou não era possível fazer o desenvolvimento. E esta última opção significaria o País continuar parado como estava naquele momento.

Foi uma opção que se tomou. Criticável, como todas as opções o são, mas, nesta matéria, acho que o pior que se pode fazer é não decidir nada e ficar à espera que as coisas se resolvam.

Foi tomada a decisão e, do meu ponto de vista, foi bem tomada, porque criou condições para que o País crescesse, para que as pessoas passassem a ter uma vida melhor e para que, como é óbvio, se cumprissem

os objetivos que o Governo tinha à cabeça e que há pouco tive oportunidade de referir.

Agora, a questão que coloca tem toda a pertinência. Se me pergunta se acho que este deve ser o único modelo de investimento, respondo-lhe que não, que não acho nada disso. Aliás, um dos pressupostos para o lançamento de uma parceria público-privada, como sabe, é, em primeiro lugar, ver se ela é necessária. Depois, tem de ser feita sempre por concurso público — esta é uma regra de ouro do lançamento de uma parceria público-privada —, como aconteceu com todas estas. E, como é óbvio, tem de se estudar sempre se não há outros modos de investimento que sejam melhores do que aquele que se está a utilizar.

Ora, naquele momento, nesses momentos de que sou responsável, não havia condições de desenvolver estes objetivos sem ser através deste modelo. Se houvesse, com certeza teria sido utilizado um modelo melhor. E não foi por uma questão ideológica, ou por haver a «liga dos amigos das PPP», que se desenvolveu este modelo. Por exemplo, não acredito que, hoje, na Colômbia, estejam a enveredar pelo modelo das PPP, podendo ter o modelo do investimento público — é que não têm dinheiro, este é o problema. E a banca não financia o investimento público, mas está disponível, pelos vistos, para financiar as parcerias público-privadas.

São decisões que se têm de tomar, nos momentos em que se tem de resolver os problemas.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, só para confirmar: o que o senhor nos está aqui a relatar é que, quando foi Ministro, o testemunho que teve da banca internacional e do setor financeiro é que só haveria disponibilidade para financiar essas obras se fossem PPP? É assim?

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Era a informação que me era dada. Eu nunca falei com a banca internacional porque não era a mim que competia, mas essa era a informação que me era dada, ou seja, que aquilo que se pretendia fazer ao ritmo a que se pretendia fazer, a alternativa para arrancar com estes investimentos era através de parcerias público-privadas.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Essa informação era dada pelo Secretário de Estado, pela Estradas de Portugal...

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Isso já não me lembro...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não se lembra de quem lhe dizia isso?

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Não me lembro...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Alguém lhe dizia, mas não se lembra...

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Não me recordo. Mas isso era algo tão determinante que com certeza toda a gente saberia a razão por que se optou por uma coisa e não por outra. Era um dado adquirido.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas era um dado adquirido porque toda a gente dizia ou era um dado adquirido porque havia informação objetiva que apresentavam ao Governo nesse sentido?

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — O Sr. Deputado é uma pessoa muito experiente, tenho tido um grande gosto em ouvi-lo na televisão em todos os

debates que tenho visto, tenho uma grande estima por si por várias razões que não interessa agora referir aqui...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Agradeço-lhe muito, mas, já agora...

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Não se atrapalhe que não vou dizer nada inconveniente...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não é isso que me preocupa, Sr. Doutor...

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — O Sr. Deputado pergunta, é o seu papel. E o meu é responder. E eu respondi nos termos em que entendi responder.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A parte dos cumprimentos pode ficar para o fim.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Não posso estar aqui a inventar algo de que não me recordo, não posso estar a inventar quem é que me disse... Já viu há quantos anos isto se passou? Há 16 anos! Nessa altura, eu nem tinha netos! Isto já se passou há tanto ano!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sabe o que é curioso? É que, ao fim de todos estes anos, continuamos sem ter registo, do ponto de vista documental, dessa questão, que é uma questão de fundo...

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — É de fundo! É verdade!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... e um argumento de peso. Não temos registo de esse elemento ser aduzido nos processos de decisão política, nomeadamente nas resoluções do Conselho de Ministros, nos decretos aprovados pelo Governo...

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Isso foi antes de eu ser Ministro do Equipamento Social, Sr. Deputado!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... ou nas peças contratuais. Não há elemento algum que registe essa questão fundamental que nos traz. Daí a minha surpresa.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Sr. Deputado, tenha em conta o seguinte: quando essa decisão foi tomada, eu não era Ministro do Equipamento Social. Essa decisão foi tomada quando foi discutido, em Conselho de Ministros, o modelo global de desenvolvimento. Portanto, o facto de eu não me lembrar agora não tem relevância alguma, porque não fui eu que tratei disto. Nessa altura, eu era Ministro da Administração Interna, pelo que era normal que andasse a tratar de outras coisas que não este tipo de questões.

Nessa altura, em 1997, eu era Ministro da Administração Interna, eu não tratava disto. Portanto, eu não me recordar agora de quem é que disse isso, salvo o devido respeito, é normal. Se me perguntar coisas do âmbito do Ministério da Administração Interna, lembrar-me-ei com certeza melhor, não tenho dúvida.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Para terminar, essa questão da falta de financiamento para outras formas de contratação que não as PPP surgiu na

altura em que o senhor, enquanto Ministro do Equipamento Social, lançou novos projetos ou novas...

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Nunca lancei qualquer concurso, como pode ver.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado pela resposta.

Essa matéria suscita uma última questão que tem a ver com o seguinte: disse que não havia alternativa e que essa matéria estava a montante da sua governação, enquanto Ministro da tutela. O que lhe pergunto, em termos até de análise, enquanto governante que era, é isto: não existindo os critérios de convergência que estavam em vigor, no contexto da Comunidade Europeia, os défices estatísticos, as limitações nominais e estatísticas em contabilidade do Orçamento do Estado expurgada deste tipo de contratação, permitindo colocar fora do radar do Eurostat este tipo de dívida e este tipo de compromissos, não existindo, repito, este acervo de regras, este espartilho, do ponto de vista económico e financeiro, alguma vez o nosso País enveredaria por este modelo de financiamento?

O Sr. **Presidente**: — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Termino já, Sr. Presidente.

É que, relativamente a este modelo de financiamento, o senhor disse que tem de se ver se é necessário, tem de ser feito por concurso público e tem de se ver se há alternativas. Ouvimos sempre isto e vamos sempre dar às PPP, o resultado é sempre o mesmo. E o anúncio que nos é feito é que a boa PPP é aquela que está para vir. No entanto, não saímos disto.

Estas circunstâncias e estas condicionantes permitiriam, do ponto de vista das opções políticas, outra estratégia e outro modelo de financiamento?

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Sr. Deputado, se, na altura, eu fosse Ministro das Finanças, poder-lhe-ia responder agora com mais... Quer dizer, é ao Ministro das Finanças que compete garantir ao Governo que estão reunidas as condições para tomar opções desta natureza. Agora, as questões que o Sr. Deputado coloca são interessantes e reais. Mas isso implicaria tanta coisa no País, que fosse tida em conta tanta coisa durante todos estes anos... E ainda há mais coisas que é preciso ter em conta e que ainda não começaram a ser tidas em conta. Mas tenhamos calma porque isto já chega. É que se agora ainda vamos criar aqui mais questões...

Agora, posso dizer-lhe o seguinte: estas parcerias público-privadas, repito, foram lançadas em todas as condições em que as parcerias público-privadas, em qualquer país do mundo, podem e devem ser lançadas — na situação do País, nos objetivos, em todas!

Cometi muitos erros, mas não cometi qualquer erro em ter adjudicado estas três parcerias público-privadas nas condições em que o fiz — quero dizê-lo aqui com clareza. Face aos conditionalismos que aqui coloquei, estavam criadas todas as condições para estas parcerias público-privadas terem sido adjudicadas e desenvolvidas — não tenho qualquer dúvida em reafirmá-lo aqui.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar ao PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Encarnação.



O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Desculpe, Sr. Presidente, mas esqueci-me de responder a uma questão. Poderei fazê-lo, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — O Sr. Deputado Bruno Dias tem razão, quando referiu que a opção das PPP é transversal a todos os Governos. E também é verdade que o Partido Comunista Português não fez parte desses Governos e teve sempre divergências relativamente a este modelo de financiamento.

Agora, gostaria de dizer o seguinte: esses dois Governos de que fiz parte eram minoritários no Parlamento. E nunca fui chamado aqui ao Parlamento por quem quer que fosse enquanto fui Ministro, nunca ninguém pediu a ratificação de qualquer diploma sobre isto, nada! E sobre esta matéria há resoluções de Conselho de Ministros, decretos-lei, enfim, tudo isso. Porém, jamais algum partido, mesmo dos que eram contra, como o do Sr. Deputado, pediu o que quer que fosse. Nunca vim aqui, ao Parlamento, explicar o que quer que fosse sobre esta matéria.

Realço, porque é verdade, que o Partido Comunista Português sempre foi contra. Mas nunca ninguém suscitou qualquer questão acerca disto. Na altura, este nunca foi um tema de divisão da sociedade portuguesa, Srs. Deputados. Nunca foi! Embora houvesse opiniões divergentes sobre a matéria, nomeadamente do Partido Comunista Português. Mas, a mim, nunca ninguém me perguntou nada! Durante os anos em que estive no Governo, nunca ninguém me perguntou nada sobre esta matéria, ninguém me questionou sobre nada, ninguém me pediu nada! Sinceramente, até me admirei, porque era uma matéria sobre a qual era

normal que o fizessem. É que, às vezes, por coisas sem importância nenhuma, faziam-no.

Mas, neste caso, nada, zero! E também ficava com algumas dúvidas sobre o porquê de tal facto.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Nuno Encarnação.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Jorge Coelho, gostaria igualmente de recordar aqui algumas das suas funções. Em 1995, foi Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, Eng.º António Guterres, em 1997, foi Ministro Adjunto com a pasta da Administração Interna, como também já aqui recordou, em 1999, foi Ministro da Presidência e Ministro do Equipamento Social, foi Conselheiro de Estado, e, em 2008, resolveu ir à sua vida privada e integrou a Mota-Engil, se não estou em erro. São estes os números.

Recordamos também aqui, obviamente com um grande afinco, aquilo que nos respondeu, no inquérito, sobre os seus números, enquanto governante, dos défices que havia na altura, do crescimento económico, do número de desemprego, que caía. Todos nos recordamos desses bons números que hoje em dia, infelizmente, não existem neste País, fruto, provavelmente, de erros do passado muito curto que nos mergulharam nesta crise toda.

Lembro ainda que, para além desses números bons que recordou aqui, o facto é que com essa mesma receita que o Dr. Jorge Coelho defendia na altura, e as condições do País, provavelmente, seriam outras, começámos a ter uma dívida completamente insustentável nos últimos anos, de 2005 a 2011, se bem se recorda, de 97 000 milhões de euros a 184

000 milhões de euros, défices públicos *record* de 10% e 9,8% em 2009 e 2010 e, apesar de tudo isto e com obras lançadas — lembro-me, por exemplo, de uma obra que foi lançada em 2010 do Pinhal Interior, uma das obras mais caras, por assim dizer, lançadas pelo Governo anterior —, continuou a haver um aumento de desemprego na ordem dos 238 000 desempregados de 2005 a 2011. Isto é, a receita que o Dr. Jorge Coelho na altura defendia, e teve sucesso, não teve o mesmo sucesso, apesar de também ter sido acelerada com investimento público, como perceberá também, nos últimos governos do Eng.º José Sócrates.

Sr. Doutor, recordo também o seguinte: quanto às 22 PPP rodoviárias, tenho aqui a listagem de um relatório da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, datado de agosto de 2012, a Mota-Engil tem cerca de 50% em valores atualizados dos fluxos das mesmas. Na concessão Norte o senhor era governante, na concessão Grande Lisboa era o então Governo do Eng.º José Sócrates, na Costa de Prata o senhor era governante, na Beira Litoral era o senhor governante, na Grande Porto o concurso foi feito pelo Partido Socialista e depois foi assinado por um Governo do PSD, na Douro Interior era o Eng.º José Sócrates governante e no Pinhal Interior era o Eng.º José Sócrates governante também.

Espanta-me, às vezes, como é que uma obra, por exemplo, como o Pinhal Interior — e não estou agora a fazer juízos de valor se é uma obra importante ou não —, foi lançada numa altura em que já se presumia que houvesse uma crise eminente, em 2010, e foi, de facto, uma das obras mais caras que a Mota-Engil ganhou.

Também recordo, evidentemente, que a sua passagem para a Mota-Engil trouxe proveito à Mota-Engil, daquilo que tirei destes anos e felicito-o como gestor por ter tido, de facto, este desempenho, que é um

desempenho extraordinário, de passagem de lucros de 192 milhões de euros em 2008 para 296 milhões de euros em 2011.

Sr. Doutor, de facto, as condições mudaram e o contexto mudou. Assim, nesta primeira abordagem, gostava de pedir a sua perspetiva no sentido de saber se acha ou não que houve um excesso de lançamento de obras de PPP nos últimos anos que nos provocaram também um dano irreparável no Estado enxertado na dívida pública. Queria começar por aqui.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Sr. Deputado, registo as questões que colocou. São questões factuais, não tenho nada a comentar sobre elas, além de lhe agradecer a referência que fez ao facto de, na verdade, durante o tempo em que exerci as funções de Presidente Executivo da Mota-Engil, se terem criado condições para a empresa, pela sua internacionalização e diversificação brutais, ter efetivamente tido um enorme crescimento, como pode ver pelas contas, e teve oportunidade de andar bem. Fico-lhe agradecido, e a empresa também, por ter constatado essa realidade.

É fácil de verificar que não é, infelizmente, através daquilo que é o mercado de Portugal que a Mota-Engil ou alguma das empresas que hoje trabalham nesse setor, como é sabido, conseguem sobreviver. Infelizmente para todos nós — e isso não tem a ver com o Governo, com este Governo, tem a ver com muitas situações —, o sector, que emprega centenas de milhares de pessoas, está a atravessar uma crise profundíssima. Tomara eu, como tomara ao Sr. Deputado, que houvesse muito trabalho em Portugal para que, nesse setor, houvesse mais obras, para não haver a tragédia e o flagelo de desemprego que está a haver em Portugal. Tomáramos nós todos, como cidadãos.

Portanto, as questões que colocou são questões factuais, sobre as quais não tenho nada a comentar.

Relativamente a saber se foram feitas muitas ou poucas parcerias público-privadas, foram feitas as que, com certeza, também foram nos tempos em que outros governos estiveram no exercício de funções. O Sr. Primeiro-Ministro Durão Barroso lançou concessões, o Sr. Primeiro-Ministro Santana Lopes lançou concessões, adjudicaram concessões. Todos os governos lançaram concessões e adjudicaram concessões. Uns estiveram mais tempo no Governo, outros estiveram menos tempo.

Quanto ao modelo, o Sr. Deputado Bruno Dias tem razão: o modelo foi sempre o mesmo. Isso é verdade. Agora, todos os governos lançaram concessões. Uns estiveram mais tempo no Governo, outros estiveram menos tempo, mas lançaram.

Como eu disse há pouco, o Governo anterior, do Eng.º José Sócrates, em determinado momento — eu não estava lá nem era Deputado, porque há 6 ou 7 anos que não tenho nenhum cargo político no Partido Socialista, mas sou do Partido Socialista e sou socialista —, entendeu que não estavam já criadas as condições no País para continuar a desenvolver este projeto. Lá terá as suas razões. Os Srs. Deputados, com certeza, ou já chamaram ou vão chamar as pessoas que foram responsáveis por isso, são eles que têm de explicar. Não me compete a mim, que há 16 anos tomei as decisões pelas quais fui convocado para estar aqui hoje a falar — é o que está neste papel que recebi —, sinceramente, nem lhe sei explicar por que é que foi naquele mês que decidiram isso, se foi um ano antes. Não faço a mínima ideia. Sei menos que o Sr. Deputado, porque o Sr. Deputado era Deputado e podia, na sua missão de fiscalizar o Governo, ter obtido essa informação. Eu é que não.

Portanto, com sinceridade, não lhe sei explicar, porque não estava no Governo. Podia pôr-me a presumir, a inventar, o que não me ficava bem, como é óbvio.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Dr. Jorge Coelho, claro que responde como quiser. Estamos aqui a trocar opiniões. A verdade é que já ouvi falar de tanta coisa nesta Comissão, que não as três concessões que estão nesse papel, já perorou sobre tanta coisa, que, nessa mesma senda, fiz exatamente o mesmo exercício de memória e de factos.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Não me queixei.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Por isso, permita-me que também faça isso.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Com todo o gosto.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Se quiser, vamos, então, a outras situações que importa esclarecer.

Este Governo, honra seja feita, entendeu haver necessidade de fazer renegociações de algumas das parcerias público-privadas, e estou em crer que a Mota-Engil foi das primeiras, quanto ao Pinhal Interior, a fazer renegociações com o atual Secretário de Estado e com a Estradas de Portugal.

Gostava que o Sr. Doutor me dissesse como decorreu o espírito dessas negociações, se achava que eram inteiramente necessárias para o País, se eram necessárias para a Mota-Engil, qual a sua perspectiva sobre

isto. Também são factos, era da sua tutela. Já agora, aproveito para lhe perguntar isto.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Sr. Deputado, vou fazer esta exceção àquele que é o motivo por que me chamaram, porque podiam ter-me chamado também para isso e cá estarei sempre presente e com todo o gosto a responder ao que entender. Mas vou responder à questão que coloca.

Em primeiro lugar, quem fez essas renegociações todas, salvo o devido respeito, não foi a Mota-Engil, foi uma empresa que se chama Ascendi. Os senhores já tiveram aqui durante 3 horas o Presidente da Ascendi, que, por acaso, foi meu sucessor como CEO da Mota-Engil, chama-se Dr. Gonçalo Moura Martins, sabe tudo o que os senhores quiserem sobre essa matéria, foi ele que negociou os contratos todos. Ele é que é técnico, não sou eu. Eu nunca estive numa reunião de negociação nem com o Governo nem com a Estradas de Portugal, porque isso não me compete a mim. Eu era CEO da Mota-Engil. A Ascendi é uma empresa que tem 60% da Mota-Engil e 40% do Banco Espírito Santo, tem uma administração própria, tem uma sede própria, tem tudo próprio. Eu não faço parte de nada da Ascendi. Sei, genericamente, o que me ia sendo informado, se as coisas estavam a correr bem, se não estavam a correr bem.

Mas não vou deixar de lhe falar do Pinhal Interior.

Evidentemente que as empresas, na sua generalidade, e o Grupo Mota-Engil também — mas não estou aqui a falar nessa qualidade, porque hoje em dia já não sou presidente executivo da Mota-Engil —, têm noção e não são imunes àqueles que são os problemas que atravessam os países, como é óbvio. Como é evidente, nessa matéria, foi possível encontrar soluções que diminuam a despesa pública, sem pôr em causa o objetivo central daquele projeto de servir as populações, e também algo que é

central, que é o projeto deixar de ter rentabilidade, pondo em causa a vida da empresa. Foram, genericamente, as orientações que foram dadas para isso.

Quero dizer-lhe, genericamente também, que são as orientações que são dadas e que o presidente da empresa onde eu trabalhava, o Eng.º António Mota, que também esteve aqui convosco a falar, já disse na Comissão e em público, ou seja, que, como é óbvio, como empresa responsável, estão sempre disponíveis para renegociar quer esses contratos que já foram renegociados na ótica da obra quer nomeadamente aquilo que são todos os acordos que existem com o Estado. É a obrigação de uma empresa responsável, uma empresa que paga os seus impostos a horas, uma empresa que paga os seus ordenados a horas, uma empresa que está num setor que sofre uma crise profunda e que não despediu nem uma pessoa nestes últimos anos, antes pelo contrário, admitiu pessoas. É uma empresa responsável, dirigida por pessoas responsáveis que sabem que, quando um país está em dificuldades, as empresas têm a obrigação de colaborar para ajudar a que esses problemas se resolvam.

É essa a lógica que tem a empresa onde eu, com muito orgulho, trabalhei e, como diz, tive muito orgulho em ter liderado um projeto com o êxito que, felizmente, está a ter para bem, como é evidente, dos acionistas — a empresa é cotada no PSI-20 em Portugal — e também das pessoas que lá trabalham e que têm visto os seus postos de trabalho garantidos, o que, nos dias que correm, é algo importantíssimo, como todos nós sabemos.

Portanto, respondendo diretamente à sua questão, as reuniões com o Governo e com a Estradas de Portugal, tanto quanto me foi oportunamente transmitido, correram muito bem, acertaram aquilo que tinham de acertar e estão a continuar negociações, tanto quanto sei, agora já lá não estou, no sentido de haver entendimentos para ajudar a fazer os ajustamentos



necessários ao que tenha sido feito. Tanto quanto sei, tudo tem corrido com normalidade nas negociações quer com o Governo quer com a Estradas de Portugal.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Doutor, vou entrar agora numa matéria com a qual, normalmente, os ex-governantes socialistas se arrepiam sempre, isto é, quando se fala do Tribunal de Contas e dos relatórios do Tribunal de Contas. Não sei porquê, mas o Tribunal de Contas parece que é o diabo, em cada relatório que faz da...

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Olhe, Sr. Deputado, eu ou não sou socialista ou, então, não sei, porque a mim não me arrepiam nada.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Exatamente! Então, mas é isso que vamos ver.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Na minha vida arrepiam-me outras coisas, essa não.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Doutor, permita-me, então, que cite algumas das questões do Tribunal de Contas.

Antes de mais, registo que na resposta que amavelmente enviou a esta Comissão enunciou um conjunto de princípios que entende serem fundamentais para cumprir uma boa contratação de uma PPP e que todos esses princípios eram internacionalmente consensuais e publicamente garantidos. Entre eles, evocou a estabilidade, a sustentabilidade económica do País — estamos todos de acordo, quem nos dera que assim tivesse sido nos tempos mais recentes —, a rentabilidade socioeconómica e outros.

Quanto ao relatório de auditoria do Tribunal de Contas de 2003, que analisou seis concessões SCUT, onde estão algumas das que citou, gostava de lhe pedir um comentário. Assim, quanto às SCUT, na página 8, é referido o seguinte: «Apesar de as boas práticas internacionais o recomendarem, o lançamento deste programa de concessões não foi precedido de uma avaliação sobre a sua economia, eficiência e eficácia, face ao modelo tradicional, via orçamento do Estado. Por outras palavras, o programa foi lançado sem se avaliar se o mesmo acarretaria *value for money* para o Estado.» E mais dizia: «O procedimento concursal (...) não encontra paralelo em qualquer dos concursos ou procedimentos adjudicatórios típicos previstos quer no direito comunitário, quer no direito interno.»

Pergunto-lhe em que se baseia, então, para dizer que este procedimento sem paralelo no direito comunitário era inteiramente consensual. São frases tiradas de um relatório de 2003, que avaliou algumas das concessões que lançou, que o Governo do Eng.º António Guterres lançou.

Gostava muito que nos dissesse qual é a sua opinião sobre isto, o que acha desta auditoria do Tribunal de Contas.

Sr. Doutor, muitos ex-colegas seus, ex-camaradas de partido e ex-governantes deste País que já passaram por esta Comissão acham que qualquer relatório que esteja contra tudo aquilo que fizeram ou está errado, ou mal fundamentado, ou não goza de credibilidade, sejam eles da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, do Tribunal de Contas ou da Ernst & Young. Isto, normalmente, é o paradigma a que assistimos e que é usual nesta Comissão.

Sei que o Sr. Doutor tem outra maneira de ver as coisas e outra frontalidade. Com essa mesma frontalidade, gostava que comentasse aquilo que, na altura, foi escrito sobre a sua gestão destes projetos.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Sr. Deputado, há uma coisa que o senhor nunca me ouviu dizer, que foi chamar ao Tribunal de Contas «força de bloqueio». Isso, a mim, nunca me ouviu dizer. Mas eu ouvi — aliás, ouvimos todos durante tempos seguidos — alguém chamar «força de bloqueio». Eu nunca chamei. Considero o Tribunal de Contas um órgão fundamental num Estado de direito e respeito absolutamente as opiniões do Tribunal de Contas.

Agora, não considero que aquilo que o Tribunal de Contas diz seja tão sagrado como para um católico é a Bíblia. É a opinião do Tribunal de Contas! O que lá está deve ser refletido, deve ser pensado. Não se podem corrigir as coisas porque o Tribunal de Contas tem uma função muito preventiva, como sabe, relativamente às correções daquilo que se deve fazer no futuro.

Aliás, recordo-me que o Presidente do Tribunal de Contas era meu colega no Conselho de Ministros, em cujas reuniões esta matéria foi abordada. Lembrei-me agora disto. Ele era meu colega, era Ministro nessa altura. Ele até é capaz de se lembrar melhor do que eu das matérias que estamos a falar.

Mas eu tenho um grande respeito pelo Tribunal de Contas. Aquilo que lhe posso dizer — e tenho firme convicção do que estou a dizer... Eu sou uma pessoa de convicções, acredite! Se houver algo em que tenho dúvidas, não me ponho com estas posições que estou aqui a tomar.

Mas, como estava a dizer, tenho uma firme convicção de que, com os dados de que dispunha e com os órgãos todos que era possível ter a

trabalhar, as decisões que tomei foram as decisões certas. Tenho essa firme convicção.

Ora, isto acontece, presumo, em 1997. Passados seis anos, vir uma auditoria dizer que houve um erro, que não foi analisado... Bem, comigo nunca ninguém falou, nem tinha que falar, porque também já não era do tempo em que lá estive.

Respeito, gosto de analisar, mas, respeitando essa posição do Tribunal de Contas, também tenho uma grande respeito pela minha posição. Quando faço as coisas com convicção é porque tenho consciência da certeza de que estou a fazer o que devo. E acho que fiz o que devia fazer no momento certo. Com os meios que tinha de informação, acho que estava a tomar as decisões corretas.

Porém, não ponho em causa que o Tribunal de Contas, uma série de anos depois, não possa ter razão. Há pouco admiti que, se calhar, não teria feito tudo como fiz. Admito perfeitamente... Aliás, não está em questão admitir ou não. Só se eu não fosse um ser racional, para não dizer outra coisa, é que não admitiria isso. Portanto, admito que possa ter havido coisas que deviam ter sido corrigidas. Globalmente, acho que fiz o que devia fazer.

E até lhe digo mais, Sr. Deputado: nos últimos anos, para participar em conferências internacionais, tenho estudado sobre o tema.

Por exemplo, aconselho os Srs. Deputados a ler a nova lei das parcerias público-privadas mexicana. É do melhor que vi do ponto de vista da defesa do interesse público. Tem muito do que referi na carta que enviei a esta Comissão. E cada vez tenho mais consciência de que este é o modelo que não pode ser crucificado, porque é o modelo que os Estados, as economias dos países, em determinados momentos da sua vida têm de utilizar, e é pouco racional abdicar de algo para o qual, em determinados

momentos, não há alternativa. A alternativa é os países pararem o desenvolvimento, com as consequências dramáticas que isso tudo pode criar. Não estou agora a referir-me a alguma coisa em particular, estou a falar genericamente.

Portanto, respeito, mas, sinceramente, tendo em conta os dados da altura, que são o que conheço melhor porque o resto não conheço, tenho a convicção de que tomei as decisões corretas.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, só para terminar, registo, Dr. Jorge Coelho,...

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Como vê, não tenho «comichão» nenhuma com o Tribunal de Contas!

*Risos.*

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Claro que não. Nem nós temos, Dr. Jorge Coelho.

Só registo a frontalidade das suas respostas. Gostava mesmo que elas, juntamente com a assunção das suas responsabilidades, inspirassem ex-governantes que cá vieram, que passaram responsabilidades para os Secretários de Estado e estes, por sua vez, para os ex-governantes, para os ex-Ministros. Era um pingue-pongue desenfreado, que vai continuar. Tenho a certeza de que, quando vierem cá, vai continuar, mas oxalá que se inspirem na frontalidade que teve aqui hoje de assumir alguns erros que, porventura, tenha cometido e que, doravante, nesta Comissão, assim aconteça com outros ex-colegas seus, governantes, que aqui vierem.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Sr. Deputado, cada um é como é, cada um tem a forma de estar na vida que tem. Eu não nasci ontem, os senhores já me conhecem há muitos anos e nunca fui diferente do que estou a ser agora, nunca fui diferente. Aliás, há uma ligeira diferença: houve tempos da minha vida em que assumia muitas responsabilidades que eram de outros, só de outros, mas hoje já me deixei disso. Sinceramente, essa parte já acabou. Já tenho anos a mais que cheguem. Muita vez tive de fazer isso na vida e, às vezes...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Ninguém dizia obrigado!

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Não tinha a ver com o reconhecimento, porque quando se faz isso, não é para que alguém reconheça. É que, depois, as pessoas aproveitavam-se disso e faziam de conta que não tinham nada a ver com o assunto.

*Risos.*

O ser humano é muito complicado, Sr. Deputado, muito complicado! Quanto mais avanço na idade, menos ilusões tenho sobre a natureza do ser humano, com sinceridade. Mas isto é um mero *fait divers*.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar, agora, à bancada do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, começo por cumprimentar o Dr. Jorge Coelho.

Esta tem sido uma reunião bastante interessante, mas que configura aquilo que tem sido a prática da maioria, em especial do PSD: o Dr. Jorge Coelho é chamado na qualidade de ex-membro do Governo, cujo cargo exerceu há cerca de 16 anos, respondeu por escrito, de um modo muito detalhado, ao questionário que lhe foi enviado, mas aqui muito poucas perguntas lhe têm sido feitas sobre o esclarecimento desse questionário, de resposta escrita, sobre o seu tempo de governante, mas, no entanto, temos dissertado sobre tudo.

O Sr. Deputado Nuno Encarnação dizia: «Já que estamos a conversar sobre tudo, o que tem sido muito interessante, podemos continuar a conversar» — é verdade que sim! — e também gosta muito de se referir aos ex-governantes do Partido Socialista. Nós também gostávamos de avaliar ex-governantes do PSD sobre o que dizem ou não dizem nesta Comissão de Inquérito, mas temos muita dificuldade, porque os senhores chumbam a vinda de quase todos.

#### *Protestos do PSD.*

Assistimos, mais uma vez, a que, em razão da matéria, pouco ou nada se faz, porque, na verdade, esta Comissão de Inquérito, nomeadamente o PSD, já tinha conclusões pré-escritas quando para aqui veio, já tinha objetivos políticos pré-determinados. Mas, de facto, a coisa tem corrido muito mal. Corre muito mal! Depois, tentam fazer alguns «números». Esta chamada do Dr. Jorge Coelho é mais um «número» que, de facto, manifestamente, tem corrido muito fraco.

#### *Protestos do PSD.*

Os Deputados do PSD e do CDS — e nota-se o nervosismo dos mesmos — tiveram de fazer duas coisas em relação a esta matéria.

A primeira é mudar os critérios, a fórmula, à medida que os trabalhos vão decorrendo.

A segunda é procurar transformar uma comissão de inquérito que devia apurar aquilo que está mal e que pode ser melhorado e que, se calhar, até devia, como temos dito, elaborar quase que um manual de boas práticas do que pode ser melhorado em termos de funcionamento numa comissão de branqueamento de responsabilidades ou de eventuais responsabilidades de membros do Governo do PSD e do CDS e de acusação de ex-membros do Governo do Partido Socialista e, de facto, têm um fétiche com algumas empresas. Por que métodos de trabalho e calendarização?

Primeiro, o PSD e o CDS fizeram aprovar que o que se negociava estava de fora, começávamos por cinco e a ordem era cronológica. A seguir, já não interessava nada disto, já não havia ordem cronológica e já se podia envolver todas.

Dizia, há pouco, o Dr. Jorge Coelho que íamos ter oportunidade de abordar a Lusoponte. Não sei, porque o PSD, às tantas, quando viu que isto estava a correr mesmo muito mal, resolveu «mandar às urtigas» a ordem cronológica, escolheu umas PPP para começar e para detalhar e aquelas que, eventualmente, não interessavam, como é o caso da Lusoponte, deixou-as para o fim, lá para as calendas gregas — se calhar, há de ser nos últimos oito ou nove dias da Comissão de Inquérito.

O Deputado Bruno Dias dizia, há pouco, que não há individualização, e eu faço essa justiça ao Partido Comunista. Mas, em relação ao PSD, a individualização não se nota nada!

Responsáveis pela contratualização de SCUT no Ministério das Obras Públicas: Dr. Jorge Coelho — chamado à Comissão de Inquérito; Dr.



Ferro Rodrigues — chamado à Comissão de Inquérito; Dr. Valente de Oliveira — ah, esse não vem!

Responsáveis pela negociação da introdução de portagens: António Mendonça, Teixeira dos Santos, Paulo Campos, Costa Pina — esses vieram cá todos para falar disto e de outras coisas; Álvaro Santos Pereira, Vítor Gaspar, Maria Luís Albuquerque — ah, esses também não vêm.

Não se nota nada que há individualização!?

Falemos, seguidamente, de empresas: concessões SCUT — Ascendi, Mota-Engil, duas em oito (os senhores estão sempre a falar nas oito), Eng.º António Mota, Dr. Gonçalo Moura Martins, Dr. Jorge Coelho, também a ser questionado sobre essa matéria.

Depois, quando falamos...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Mas essas são boas empresas portuguesas!

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Para nós são todas boas empresas portuguesas.

Mas, quando falamos de outras empresas (e não fazemos nenhum juízo de valor, não diabolizamos nem as empresas, nem as PPP), temos o Dr. Pedro Gonçalves, o Eng.º Vítor Santos, o Dr. Bertrand d'Hérouville, e é dito isto. «Esses não vêm porque não interessa nada. Nós só queremos ouvir a Ascendi.»

Mas podíamos falar de outros responsáveis: Dr. António Bagão Félix, Dr. António Mexia — esses também não vêm, chumbados.

Não se nota nada a individualização!? Quando cá vêm é apenas, e só, por outros temas que não têm a ver com isto!

Em termos dos membros das comissões de renegociação...

*Apartes inaudíveis na gravação.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, deixem o Sr. Deputado prosseguir.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Mais uma vez, se regista que, à falta de conseguirem alguns objetivos políticos, os meus Colegas Deputados do PSD já fazem o que costumo designar pelo clube de fãs do Deputado Manuel Seabra!

*Risos.*

Ele aprecia muito o apreço que os Srs. Deputados lhe têm. É quase tanto pelo Deputado Manuel Seabra como pelo Deputado Paulo Campos!

Mas falávamos há pouco de membros das comissões de renegociação, quer das finanças, quer das obras públicas. Isso também não interessa nada! Todas as propostas no sentido de esses membros serem ouvidos, em concreto, na esmagadora maioria, são chumbadas.

O Sr. Deputado Nuno Encarnação referiu-se, há pouco, às análises custo-benefício. As propostas no sentido de responsáveis pelos estudos de análises custo-benefício serem ouvidos foram chumbadas. Também não interessa nada ouvi-los.

Portanto, de facto, apurar o que há para apurar interessa muito pouco. O que interessa é fazer um ou outro «número», mas, de facto, a coisa não corre nada bem. Eu já disse aos Srs. Deputados do PSD que, se calhar, mais valia apresentarem as conclusões pré-escritas que já têm há muito tempo.

De facto, têm um problema: em todas estas audições não «bate a bota com a perdigota» e, portanto, há essa dificuldade!

A pergunta muito simples que temos para o Dr. Jorge Coelho é aquela que o meu Colega Deputado Nuno Encarnação, provavelmente, deveria ter feito se estivesse verdadeiramente interessado em questioná-lo na sua qualidade de ex-Ministro das Obras Públicas para esclarecer eventuais erros, omissões ou obter complementos em relação à resposta escrita, detalhada, que apresentou. Perguntamos se, de facto, depois de tudo aquilo que apresentou — e é muito, são variadíssimas páginas, detalhadamente, sobre as três PPP relativamente às quais seria questionado —, tem algo a acrescentar em relação às respostas escritas.

Os meus colegas, pelos vistos, não tinham nada a perguntar sobre isto. Se o Sr. Dr. Jorge Coelho também nada tiver a acrescentar, foi mais um «número» feito pela maioria, mas para os trabalhos desta Comissão de Inquérito teria sido muito mais produtivo que alguns ex-governantes, membros de comissões de renegociação e responsáveis por análises de custos-benefícios, e até outras empresas fossem aprovados pela maioria, pelo menos para podermos comentar aquilo que ex-membros ou atuais membros do Governo do PSD e do CDS dizem na Comissão de Inquérito. É que raramente temos esta oportunidade, porque esta maioria chumba toda e qualquer proposta que não esteja no seu guião predefinido.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo, eu e o Sr. Deputado temos um problema grave na nossa vida que quero aqui revelar: somos do Sporting! Estamos a viver um momento muito complexo...

Bom, mas passando à questão que colocou, diria que os senhores me conhecem, e Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo ainda me conhece mais em

particular, e sabem que se há pessoa que gosta de debate e de poder contribuir permanentemente para o esclarecimento do que quer que seja, sou eu — aqui, na comunicação social, onde quer que seja! Gosto mesmo disto e não tenho problema algum, não levo a mal nenhuma pergunta, desde que tudo seja feito dentro das normas que deve haver, como tem sido normal nesta Comissão.

Como os Srs. Deputados puderam ver, nesta resposta eu poderia ter-me ficado por dizer como é que foram feitos os concursos, as datas, os decretos... Mas eu fiz questão de dar conta daquilo que é o meu pensamento sobre o que são as parcerias público-privadas, quais são as regras globais que devem ter, para demonstrar que aquilo fizemos, eu e o Governo de que fiz parte, foi bem feito, face àqueles que são os princípios consensuais em todo o mundo, não só em Portugal, relativamente às parcerias público-privadas.

Como disse, já falei sobre isto em muitos lados, já ouvi também muitas pessoas de muitos países, e o que aqui está é consensual. Aquilo que foram as decisões quanto às parcerias público-privadas relativamente às quais fui convocado para falar aqui, elas cumprem com rigor esses princípios e procurei detalhar isto a todos os níveis.

Portanto, sinceramente, quanto a isto, nada tenho a acrescentar, mas, como é óbvio, além de ser minha obrigação é meu gosto, estou disponível para as questões todas que me queiram colocar. Até já falei sobre coisas que nada tinham a ver com a convocatória que recebi, mas isso não tem problema nenhum.

Mas quanto a isto, sinceramente, não tenho mais nada a dizer. Fiz um esforço para responder devidamente e já é a segunda vez que mando para cá uma resposta sobre esta matéria, mas responderei com aquilo que sei sempre que o solicitarem, com é óbvio.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, completámos a primeira ronda e passamos à segunda ronda, para a qual já se inscreveram os Srs. Deputados Adriano Rafael Moreira, Manuel Seabra, Duarte Marques e Altino Bessa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Rafael Moreira. Dispõe de 3 minutos, como sabe.

O Sr. **Adriano Rafael Moreira** (PSD): — Sr. Dr. Jorge Coelho, os meus cumprimentos e agradeço ter feito chegar ao Parlamento a sua resposta atempadamente, que foi útil, pois permitiu que agora se pudesse questionar em sequência.

Já nos deu um complemento, com o que me congratulo, relativamente à evolução da dívida, o que não tinha feito por escrito. Eu próprio tive curiosidade de ir ver e, efetivamente, durante o período em que foi governante, a dívida desceu.

Mas, como sabe, em governos seguintes, não houve esse cuidado, nomeadamente nos dois governos do Sr. Eng.º Sócrates, e é precisamente aí que surge o problema. Foi nesses dois governos do Sr. Eng.º Sócrates que se deixou de ter o cuidado de controlar o crescimento da dívida e isso é que nos levou à situação que atualmente vivemos, de grande estrangulamento económico-financeiro, que originou a assinatura por parte do segundo Governo do Eng.º Sócrates do acordo com os principais credores e a aplicação a Portugal de um plano de austeridade.

Portanto, é nessa sequência de austeridade e de forte endividamento do País que as atenções se concentram nas PPP, tendo sido as PPP uma das causas desse endividamento.

Penso que o Sr. Doutor nos pode ser muito útil no esclarecimento da seguinte questão: o Partido Socialista veio, em sede de Orçamento, com a ideia de tributar os rendimentos das concessionárias no excedente daquilo que foi negociado. O certo é que, pela abordagem que o Partido Socialista fez, ficamos com a ideia de que havia aqui uma espécie de «vaca sagrada», que é o parceiro que desde o início sempre esteve nas PPP e que impunha condições nas PPP, sendo que esse parceiro é a banca. A banca foi parte fundamental de todo o processo e todas as propostas, nomeadamente as do Partido Socialista, salvaguardam essa componente.

Neste momento, como o Sr. Doutor sabe, existe uma comissão de renegociação. Pela experiência que tem como governante, gostaríamos de ter o seu contributo sobre a seguinte questão: como é possível renegociar de modo que esse terceiro elemento das parcerias, imprescindível para a sua concretização, possa ter a sua contribuição para a austeridade que o País está a viver? Nomeadamente, o Banco Europeu de Investimento, ele próprio um dos maiores financiadores das PPP, um dos autores do plano de austeridade, como é que agora poderíamos forçar ou negociar de modo que agora houvesse também essa contribuição para o esforço que o País está a fazer?

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Sr. Deputado, como compreenderá, não me vou referir a essa proposta, mas vou referir-me à questão central que colocou relativamente à banca, porque é uma questão determinante, e ao papel do próprio Banco Europeu de Investimento.

É evidente, pelo que já aqui falámos e pelo que tenho lido e ouvido de depoimentos que aqui têm sido feitos, e todos os Srs. Deputados sabem, é público, que estão a decorrer negociações com este tipo de concessionários, não só com aqueles que referiram há pouco, porque há

muitos e há um concessionário maior do que a Ascendi que é a Brisa. Sabem com certeza que a Brisa é bastante maior do que a Ascendi e há outros.

Curiosamente, há pouco, estava a olhar para aqui e das concessões que fiz — e até fico um pouco triste com isto — uma foi a espanhóis, outra a franceses e só uma a portugueses. Até fico um bocadinho triste comigo, está ver... Embora a dos franceses, recordo-me que era semifrancesa e do Eng.º Belmiro de Azevedo... Penso que era 40% de um e 60% de outro.

Aliás, agora estou a lembrar-me que quem assinou esta concessão comigo foi o insuspeito atual Presidente do Conselho de Concertação Social, que os senhores conhecem com certeza, distinto ministro dos vossos governos. Foi ele que negociou e assinou esta concessão, porque era administrador da empresa do Eng.º Belmiro de Azevedo.

Dito isto, acho que a questão que o Sr. Deputado coloca é uma questão muito importante e pertinente. Como é que a banca se vai comportar nestas negociações, porque é «o osso mais duro de roer»? Nenhum de nós deve ter ilusões quanto a esta matéria.

Srs. Deputados, os senhores são pessoas experientes, com responsabilidades e sabem que não é possível haver um país a funcionar sem uma banca sólida, sem uma banca credível, sem haver um sistema financeiro a funcionar devidamente. É impossível!

De vez em quando, vejo determinadas campanhas — isto não tem nada a ver com os senhores, mas de outras forças — a demonizar a banca e considero um péssimo serviço que fazem ao funcionamento do País. Não é possível haver um país a funcionar sem banca. Já imaginou o que seria o momento em que se instalasse, em Portugal ou noutro país qualquer, a dúvida sobre a solvabilidade dos bancos?! Seria uma catástrofe absoluta! Portanto, tem de haver aqui um cuidado grande neste tipo de negociações.

Mas há uma coisa que disse noutra dia, numa entrevista, e que agora vou repetir: a banca não pode mandar num país nem pode mandar num governo. Não pode!

Vou aqui dizer uma coisa que parece que não tem a ver com isto mas tem: também acho que a troica também não pode mandar em Portugal. Estamos ao mesmo nível! A troica tem acordos feitos com Portugal mas quem manda em Portugal são os portugueses, é o Governo português, que foi eleito por nós para governar. Sou um cidadão, pago os meus impostos e, portanto, é o meu Governo, não tenhamos aqui dúvidas sobre esta matéria.

Portanto, tal como acho que a banca não pode nem deve ter neste processo mais poder do que aquele que lhe dá o facto de ter sido um parceiro aqui integrado em determinado momento, também não pode partir daí para serem eles a determinar a totalidade das regras disto.

A banca, em particular o Banco Europeu de Investimento, tem de compreender que Portugal está a viver uma situação de grande crise e tem também de se adaptar a esta situação. É a minha opinião.

Tanto quanto sei, do pouco que sei sobre esta matéria, as conversas que tem havido entre o Governo, os concessionários e a banca, nomeadamente o Banco Europeu de Investimento, vai nesse sentido de haver ajustamentos que venham criar condições para, também daqui, haver uma ajuda para que o sacrifício global que a todos é exigido também seja exigido a este setor. E eu estou de acordo com isso.

Para terminar, uma questão: teremos tanto mais capacidade para fazer isso quanto maior for a nossa voz na Europa, Sr. Deputado. Se a nossa voz for algo inexistente, for algo que não conta para nada, o Banco Europeu de Investimento deve lá ter tantas pessoas com o mesmo problema a «chagá-los» — desculpem utilizar esta terminologia pouco adequada a esta Casa — que vão tratando dos outros.



Portanto, tem a ver com a nossa capacidade diplomática, com a nossa capacidade de negociação, chegar a um organismo como é o Banco Europeu de Investimento — e o seu próprio nome indica-o — para que ele também ajude a este ajustamento que é necessário fazer e que estou convicto de que vai ser feito.

Mas estou de acordo que esta é uma questão determinante e espero que o Governo, o Parlamento, as instituições portuguesas tenham força para que isto seja feito da maneira que melhor defenda os interesses dos portugueses. É isto que tenho a dizer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Seabra.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Dr. Jorge Coelho, quero aproveitar para o cumprimentar e dizer que é um regalo para os olhos e para os ouvidos voltar a vê-lo e ouvi-lo.

O Sr. **Jorge Coelho**: — Muito obrigado.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Num País deprimido, rever e recuperar a imagem da capacidade de intervenção do Sr. Doutor, evidenciada quando foi Ministro, ou a sua vontade realizadora, coloca-nos num patamar de alguma nostalgia.

O Sr. Doutor foi, enquanto político e governante, um indutor de esperança. E nós hoje somos confrontados com gente que todos os dias nos anuncia o inferno. Mas é a vida...

Sr. Doutor, para além de todas as competências — técnicas, políticas e de gestão — que todos lhe reconhecemos, o senhor também é um homem com sorte, porque nós quisemos ouvi-lo e a maioria também o quis ouvir.

Mas, como disse o meu colega Rui Paulo Figueiredo, quisemos também ouvir o Dr. António Bagão Félix, que foi Ministro das Finanças, e a maioria não deixou; quisemos também ouvir o Dr. Marques Mendes, que teve, de entre outras coisas, responsabilidades em obras a mais (algumas das quais, e bem, não se fizeram), em trabalhos que hoje integram concessões de parcerias público-privadas, em montantes muito próximos dos 500 milhões de euros, e a maioria não deixou; quisemos também ouvir o Ministro Álvaro Santos Pereira e a maioria não deixou; quisemos também ouvir a Ministra Manuela Ferreira Leite, que teve responsabilidades no financiamento das parcerias público-privadas, e a maioria não deixou; quisemos também ouvir o Dr. Sérgio Monteiro, que foi o verdadeiro campeão europeu das parcerias público-privadas, porque aparecia do lado da banca como o principal financiador de todas elas, valorizando-as enquanto financiador e diabolizando-as enquanto político, e a maioria não quis voltar a ouvi-lo; quisemos ainda ouvir o Ministro Vítor Gaspar, e também fomos impedidos de o fazer.

Portanto, Sr. Doutor, somos gente com sorte porque conseguimos ouvi-lo, e numa prestação que, permita-me dizê-lo, foi absolutamente esclarecedora e nos permitiu até recuperar essa ideia de esperança, que é preciso que os governantes transmitam ao eleitorado e ao povo e que esta maioria, infelizmente, não consegue emprestar.

Mas o Sr. Dr. Jorge Coelho também cá vem num contexto (e o Sr. Doutor também o reconhece) que é mais ou menos evidente e que tem a ver com o seguinte: esta Comissão foi constituída não propriamente para sindicar o processo das parcerias público-privadas — essa é a razão aparente pela qual ela foi construída —, mas para confirmar uma conclusão que o PSD e o CDS, à partida, já tinham tirado, que era a da diabolização das parcerias público-privadas e a atribuição da responsabilidade pela sua

execução exclusivamente ao Partido Socialista, como se, por um lado, elas fossem diabólicas e, por outro, não tivesse havido pelo meio 10 anos de Governo do Prof. Cavaco Silva e três ou quatro anos de Governo do Dr. Durão Barroso e do Dr. Paulo Portas, isto é, como se estes Governos não tivessem tido qualquer tipo de intervenção. Mas tiveram! E nem sequer estou aqui a julgar, mas a verdade é que não podemos apagá-los da história e «tirá-los da fotografia», como em tempos se fez noutras paragens.

Sr. Doutor, não tenho propriamente uma questão para lhe colocar porque preferi utilizar o tempo regimental para fazer esta declaração, para o saudar, para saudar a sua energia, para saudar a sua vontade de esclarecer as coisas e também a sua coragem. É que ficou aqui bem patente que não alijou qualquer tipo de responsabilidade na intervenção que foi tendo enquanto governante, ao contrário de outros que o fizeram ao tempo e que hoje, reiterada e sistematicamente, o vão fazendo, mas que lamentavelmente se vão escondendo com as suas práticas mais habilidosas.

Por isso, Sr. Doutor, não tendo nada para lhe perguntar, termino saudando a sua presença.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Dr. Jorge Coelho para responder a esta pergunta, cuja resposta será, presumo, complexa e demorada,...

*Risos.*

... aproveito para dizer que vou ser substituído na direção dos trabalhos pelo Vice-Presidente Emídio Guerreiro. Queria despedir-me do Dr. Jorge Coelho e agradecer-lhe, pela minha parte, a sua presença.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Muito obrigado. Tive muito gosto em vê-lo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. Jorge Coelho.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Agradeço as palavras do Deputado Manuel Seabra, mas quero fazer aqui uma confissão. Para ser franco, quero dizer-vos que andava a ficar psicologicamente muito em baixo, porque nunca mais ninguém me chamava para vir aqui.

*Risos.*

Eu próprio estava a convencer-me de que já não «contava para campeonato» nenhum. E fico satisfeito por terem decidido ouvir-me — e até foi decidido por unanimidade, não foi?

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — E aclamação!

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — E aclamação! Ora, isso é algo que me apraz registar.

Isto é um *fait divers*, porque os Srs. Deputados sabem, durante os anos todos que aqui estive, o enorme respeito que tenho por todos os Srs. Deputados, independentemente dos partidos a que pertencem. Sou uma pessoa frontal, gosto de dizer as coisas que penso que devo dizer, mas isso

nunca implicou qualquer problema de natureza pessoal com ninguém dentro desta Casa, e isso para mim é que é uma vertente forte da democracia.

Portanto, os meus agradecimentos, Sr. Deputado Manuel Seabra, meu amigo de há muitos anos.

Independentemente das questões referidas pelo Sr. Deputado Manuel Seabra, gostava de dizer que algumas das pessoas que aqui foram referidas e que não vieram cá são pessoas com quem me dou bem, algumas delas são minhas amigas, e de vez em quando até gozo com elas relativamente a essa matéria, perguntando-lhes. «Então quando é que nos encontramos?» Julgo que alguns deles até gostariam de cá vir, sinceramente. Estou convencido de que qualquer membro do Governo, quando toma decisões, toma-as no sentido de serem, no momento em que as toma, as melhores decisões.

Quem começou a discutir a questão da introdução de portagens, em Portugal, foi o ex-Ministro Valente de Oliveira. Qual é o problema? Não se trata de uma pessoa séria, íntegra? Sou um grande amigo do Prof. Valente de Oliveira, é uma pessoa que já aqui esteve a discutir estas e outras questões. Porém, acabou por não ser ele a introduzir as portagens, pois, a seguir, o ex-Ministro António Mexia ainda chamou os operadores — e estou a referir este aspeto porque tem a ver com a empresa onde trabalho, faz parte da história da empresa —, mas elas só foram introduzidas no Governo anterior.

Mas isto tem uma história e, desculpem-me que lhes diga, começou a ser discutido com sinceridade, e bem. E aí está, os ajustamentos que tinham de ser feitos, face ao modelo existente, quando se via, como se estava a ver, que desvios da situação económica exigiam que tivesse de haver receitas adicionais. Foi o que foi feito quando foram introduzidas as portagens pelo

Governo anterior, na lógica daquilo que já vinha sendo feito no tempo quer do ex-Ministro Valente de Oliveira quer do ex-Ministro António Mexia.

Não vejo qualquer problema nisto, são factos, é a verdade. E nenhum deles tem qualquer problema em falar sobre isto — relativamente a esta matéria, até posso ser eu a falar em nome deles, não tenho qualquer problema. Não há mal algum em dizermos aquilo que são as realidades e as verdades. Aliás, eles até me agradecem o facto de eu estar aqui a dizer isto relativamente a esta matéria. São pessoas de bem e são pessoas que procuraram servir o Estado e a causa pública da melhor maneira que podiam.

Peço desculpa por esta intervenção.

*Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Emídio Guerreiro.*

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Altino Bessa.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Dr. Jorge Coelho.

Como o tempo é escasso, Sr. Dr. Jorge Coelho, gostaria de lhe pedir um comentário relativamente a algumas afirmações produzidas pelo Sr. Dr. Álvaro Neves da Silva na audição aqui realizada. Diz o Dr. Álvaro Neves da Silva que o senhor terá afirmado (e passo a ler a respetiva ata) o seguinte: «Tenho de te pôr a andar, porque os gestores do setor público ferroviário estão fartos de ti».

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Essa pergunta é boa. Nunca imaginei que me fizessem essa pergunta, porque me vai dar um grande prazer responder. E sabe porquê? O Dr. Álvaro Neves da Silva é meu amigo há mais de 30 anos. Ele era presidente do órgão regulador do caminho-de-ferro, quando fui Ministro do Equipamento Social. Vou dizer aqui a verdade relativamente a esta matéria. O Dr. Álvaro Neves da Silva é uma pessoa de uma inteligência rara, altamente inteligente, tem um currículo muito importante, em organismos internacionais (foi embaixador da União Europeia em Moçambique), é uma pessoa por quem tenho muita estima. Mas tivemos um pequeno problema, que, aliás, não é problema nenhum. É que compete aos membros do Governo tomar decisões, e eu sempre tomei decisões — relativamente aos amigos e àqueles que não eram amigos. Calhou, naquele caso, ser um amigo.

Mas atentem nas condições em que tomei a decisão. O Dr. Álvaro Neves da Silva enganou-se numa coisa que vos disse (mas não faz mal): é que quem o demitiu não fui eu, foi o Ministro que veio a seguir (mas um engano acontece a qualquer um). Enganou-se, não fui eu, mas podia ter sido eu. A ponte caiu e, no dia seguinte, ele foi a única pessoa que recebi, já depois de me ter demitido, para o informar que, se a ponte não tivesse caído, eu ia demiti-lo. Repito, no dia seguinte à queda da ponte, ele foi a única pessoa que recebi no meu gabinete e disse-lhe: «Álvaro, tiveste sorte! É que eu ia demitir-te!» E expliquei-lhe porquê: por razões que, em minha opinião, defendiam o interesse público. E acrescentei: «Pode ser que tenhas mais sorte com o colega que vem a seguir.» Mas não teve, porque o colega que veio a seguir demitiu-o. Mas isso já é uma questão que me ultrapassa.

Agora, não quero deixar de dizer aqui que tenho o maior respeito pessoal e profissional pelo Dr. Álvaro Neves da Silva. E lá por ele ter vindo dizer isso aqui... É meu amigo há 30 anos, sou amigo dele, dos filhos, da

família, tenho uma grande estima por ele. Mas não confundo amizades com aquilo que são as necessidades de interesse público. E o que acontecia era que ele era presidente...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Mas eram pressões do setor público, dos gestores do setor público? A minha dúvida é essa!

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Eu não entro nisso, porque, senão, vou fazer a mesma triste figura que ele fez aqui, e não quero fazê-lo. Não há dúvida alguma, toda a gente no setor sabe o que acontecia. Portanto, não quero entrar nisso.

Fica aqui registado o meu respeito e a minha amizade pelo Dr. Álvaro Neves da Silva e fica aqui registado que não misturo amigos, nem camaradas de partido, com o interesse público. E tendo-me demitido por ter caído a ponte de Entre-os-Rios, ele foi a única pessoa que chamei no dia seguinte para lhe dizer que o ia demitir. E demitia-o, por razões de defesa exclusiva do interesse público. Mas não fui eu que o demiti, foi o Ministro que veio a seguir que resolveu substituí-lo.

Também lhe disse, Sr. Deputado, que ele, dadas as qualidades que tinha, iria para outro sítio, coisa que ele aceitou — e ele esqueceu-se de dizer isso. Mas não vale a pena entrarmos muito neste tipo de situações.

Esta é a realidade dos factos, e isto em nada afeta o respeito e a amizade que tenho por ele. Agora, não misturem as coisas. E não foi só com ele que existiram situações desse tipo. Nunca misturei nomeações, demissões ou questões partidárias com a defesa do interesse do Estado. É um caso claro. Está a ver, Sr. Deputado, que, passados todos estes anos, ele ainda se lembra disso e veio aqui, para o Parlamento, falar dessa questão.



Mas enganou-se: eu tê-lo chamado naquele dia até o fez esquecer de quem é que, passados alguns meses, o demitiu. Mas ainda bem, ainda bem.

E como a pessoa que o demitiu vai ser ouvida nesta Comissão, podem perguntar-lhe por que é que o demitiu, que ela saberá dizê-lo.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — O Dr. Álvaro Neves da Silva não diz exatamente isso. Vou passar a ler o que ele disse que o senhor terá afirmado e os comentários por ele feitos: «'Chamei-te para vires aqui na segunda-feira para te calçar um par de patins e, afinal, no fim de semana quem calçou o par de patins fui eu.' E acrescentou: 'Felizmente! Este Ministério é muito mais complicado do que eu tinha imaginado...' — ele fez tudo para ir para aquele Ministério — '... e agora tenho uma forma de sair daqui com honra, com pompa e circunstância e com a opinião pública a dizer que sou um Ministro que dá a cara e que sai na altura em que deve sair.'»

Ou seja, o Ministro Jorge Coelho tem uma capacidade de entendimento da política verdadeiramente notável e percebeu que a situação da ponte de Entre-os-Rios lhe abria a porta para se evadir de uma situação difícil em que já tinha caído (...).

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — A única coisa que tenho a dizer é: *No comments*. Não tenho qualquer comentário a fazer.

Sabe que há coisas na vida, Sr. Deputado... Eu já tenho cinquenta e muitos anos... Nós ouvimos, podemos ficar tristes, como é o caso, mas quem me conhece sabe que nunca utilizei essa expressão dos «patins», não é, aliás, o meu desporto favorito.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Mas já que o Sr. Doutor se disponibilizou a responder a tudo, gostava de perguntar-lhe o seguinte: sabe exatamente quais os motivos por que o troço Lisboa-Poceirão foi anulado?

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — O troço Lisboa-Poceirão? Mas isso, que eu saiba, não foi feito, pois não?

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — O troço Lisboa-Poceirão foi anulado pelo Governo do Partido Socialista. Sabe o porquê dessa anulação?

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Mas o Sr. Deputado acha que é a mim que deve perguntar isso? Não sei! Sei lá por que é que foi anulado! Provavelmente, porque o Governo entendeu anulá-lo, porque presumo que a crise económica decidiu que não havia esse tipo de realizações... Presumo, não sei...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Era ou não a Mota-Engil que constituía um consórcio que se candidatou ao troço Lisboa-Poceirão?

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Sim, sim, Sr. Deputado. Isso até era motivo para não o ter anulado, pela sua interpretação, não é?

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Não, não, Sr. Doutor. Está enganado! É que a Mota-Engil não ganhou o concurso, se bem se recorda. Já agora, gostava de lhe perguntar...

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Está enganado, Sr. Deputado! Não entro nisso! Eu acho que isto tem de ter aqui outro nível de intervenção, Sr.

Presidente, porque nisso eu não entro. Se o Sr. Deputado faz assim as perguntas... Acho que estamos aqui numa reunião que tem de ter características de outra forma. O Sr. Deputado faz-me perguntas... Eu vim aqui para responder sobre as concessões e já está a perguntar-me sobre o Lisboa-Poceirão. O que quer que lhe diga sobre isso?

Não quero ficar aqui sem lhe responder às perguntas, mas não posso estar a responder sobre coisas com as quais não tenho nada a ver.

Também foi a Vinci que comprou agora a ANA. Por que é que o Sr. Deputado não me pergunta se a empresa que perdeu esse consórcio comprou agora a ANA pelo facto de ter perdido a outra? Isto é assim um bocadinho...

Não lhe sei responder. A culpa é minha, sou franco a dizer-lhe.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr. Doutor, isto é uma Comissão de Inquérito, como sabe.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Sim! Já pertenci a muitas!

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — E, perante factos, perante documentos que me fizeram chegar, onde existem algumas insinuações, onde dizem que o Sr. Doutor esteve, no dia 4 de janeiro, com os espanhóis da FCC, de entre eles o presidente, Valdomero Falcones, que vieram a Lisboa para um almoço de trabalho no restaurante Vela Latina, a pergunta que lhe faço é se isto corresponde à verdade, se houve ou não este encontro onde o senhor esteve presente em conjunto com o presidente da Mota-Engil.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Sr. Deputado, eu, pura e simplesmente, não lhe vou responder. Não está no âmbito daquilo que me chamaram aqui para discutir. O senhor, se quiser, está a invocar uma comissão de inquérito, convoca-me para cá quando for esse tema da anulação do concurso do Lisboa-Poçoirão e eu terei todo o gosto em lhe responder. Agora, o Sr. Deputado, daqui a bocado, está a perguntar-me... Eu sei lá agora se estive no Vela Latina. Olhe, fui lá almoçar hoje. Isso é que lhe posso dizer. Se quiser, até lhe posso dizer com quem estive a almoçar, porque de hoje ainda me lembro. Agora, também vi essa notícia num jornal e até sei a agência de comunicação que a pôs lá.

Portanto, lembro-me disso, de ter saído essa notícia. Agora, suspeições, Sr. Deputado? Essa palavra é que é uma coisa que a mim me incomoda, porque estamos numa Comissão de Inquérito, mas não estamos aqui num tribunal, Sr. Deputado. Estamos numa Comissão de Inquérito, e eu sei o que são as comissões de inquérito. Já pertenci a muitas daí e daqui. Portanto, vamos ter calma. Eu respondo a tudo o que o senhor quiser, mas não pode agora dizer que há uma suspeição. Uma suspeição de quê? De que eu estive num almoço com um espanhol e com não sei quem? Mas qual é a suspeição? Já almocei com tanto espanhol e no Vela Latina. Sabe que, na vida das empresas, as pessoas almoçam umas com as outras. Até com Deputados, com dirigentes dos partidos, com toda a gente! É a vida normal de uma pessoa que trabalha numa empresa. Quer dizer, não vejo qual é o problema de ter almoçado ou não com quem quer que seja, Sr. Deputado. Sinceramente! Não estou a ver a questão mas, se me explicar melhor...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Então, não confirma que almoçou com os responsáveis da FCC, o outro consórcio que tinha um valor inferior

à proposta da Mota-Engil em cerca de 500 milhões de euros, no dia 4 de janeiro no Vela Latina.

Sr. Doutor, o senhor também tem de perceber duas coisas. Uma delas é que, a partir do momento em que me fazem chegar determinado tipo de documentos, é minha obrigação, não sabendo a veracidade deles ou não, questionar aqueles que aqui estão perante esta Comissão de Inquérito, como é minha obrigação, e já foi feito noutros momentos, pegar nestes documentos — e nós sabemos que há uma investigação, pelo Ministério Público, das parcerias público-privadas — e pedir que esta Comissão os envie para o Ministério Público com a *Ata* produzida relativamente a esta Comissão, pelos vistos com as respostas que o Dr. Jorge Coelho não quis aqui dar, que não confirma, porque existem aqui, para além destas (e eu não tenho tempo), inúmeras insinuações. Isso é verdade. Agora, é minha obrigação, enquanto Deputado, a partir do momento que me chegam estes documentos, e só agora tendo oportunidade de o confrontar com esta situação, porque falam aqui de Cambão, falam aqui de negociações, de que o Sr. Dr. Jorge Coelho passados três meses se deslocou a Madrid para falar com os representantes da FCC...

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Isso saiu no jornal!

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — E, para terminar, também quero voltar a dizer-lhe que as perguntas e todas estas ações, pelo menos da minha parte, não têm nada de pessoal contra ninguém. Agora, a partir do momento em que recebo este documento, obviamente não ficaria bem com a minha consciência se não lhe colocasse estas questões e não ficaria bem com a minha consciência se não o entregasse ao Sr. Presidente para o fazer chegar ao Ministério Público.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Sr. Deputado, com toda a serenidade lhe digo: o que o senhor acabou de dizer já saiu no jornal há mais de um ano. Tudo! Esse documento que aí tem saiu no jornal *Expresso* há mais de um ano, com isso e com mais outras coisas. Agora, todos temos de compreender que a vida nas empresas, ou em qualquer outro lugar, se faz com as pessoas falando umas com as outras. É entre todos, em qualquer setor de atividade.

A pessoa de que o Sr. Deputado falou, o Sr. Falcones, espanhol, era presidente de uma empresa espanhola associada da Mota-Engil em consórcios em vários pontos do mundo, como são outras empresas. Durante os anos todos em que trabalhei na empresa, tinha contactos, reuniões, almoços, às vezes frequentes, com os presidentes de todas as empresas. A Dragados espanhola é parceira da Mota-Engil numa empresa de recolha de resíduos em Portugal, a Vinci foi parceira da Mota-Engil nesse concurso que está a referir com mais sete empresas. É a vida das pessoas! Não é a questão de confirmar. Eu sei lá agora se almocei ou não almocei. Não faço a mínima ideia! Agora, falado com eles, devo ter falado dezenas ou centenas de vezes, sobre esse e sobre todos os assuntos.

O que é um facto concreto é que vejo que o Sr. Deputado colocava a questão de ter sido anulado o concurso. Bem, mas pelos vistos é posição da maioria que nenhuma dessas obras devia ter sido feita. Portanto, penso que estarão de acordo em ter sido anulado esse concurso e anulado agora também o concurso da Alta Velocidade. Foi a mesma ideia. Não foi adjudicado nada, tanto quanto sei, a nós ninguém nos informou de nada.

E agora até o informo: à Mota-Engil, como também é público, foi paga, por este Governo, ainda há pouco tempo, uma indemnização pelos gastos tidos nesse concurso. Tudo foi absolutamente transparente, legal,

não tivemos um projeto, para grande infelicidade, e não teve nada a ver com mais conversa. Esses problemas não se tratam com mais conversa ou mais almoços. Isso é normalíssimo na vida entre as empresas, Sr. Deputado. Pode mandar isso para o Ministério Público. Mas pode ter uma certeza: o Ministério Público tem lá isso há mais de um ano, porque saiu tudo nos jornais.

E agora pergunto-lhe: qual é o problema de uma pessoa de uma empresa almoçar com outra? Qual é o problema? Eu não o vejo. Nunca tive problema nenhum em almoçar com ninguém, nunca saí com problemas na minha consciência por ter almoçado com quem quer que seja, e já almocei com pessoas de todas as qualidades que possa imaginar na vida. Esse problema nunca passa daquilo que é uma conversa.

Portanto, o Sr. Deputado agora colocou essa questão. Acho que fez muito bem, se acha que devia ter algum esclarecimento sobre se eu estive presente num almoço ou não. Não faço a mínima ideia, não me recordo. Posso ter estado, posso não ter estado. Há, no entanto, uma coisa que lhe digo: falei com essa pessoa dezenas de vezes. Agora já não falo, porque já não é presidente da empresa há uns tempos, mas falei. Até lhe quero dizer que essa pessoa era sócia de um fundo com o Dr. João Talone, em Portugal, do maior fundo ibérico que trabalha aqui, o fundo Magnum. Portanto ele era sócio e trabalhou muito tempo aqui, em Portugal. Conheço-o desde esses tempos.

Portanto, não lhe posso responder diretamente a essa questão. Há uma coisa que lhe digo, para terminar, quanto a esse e a qualquer outro assunto: tenho 58 anos e sou uma pessoa completamente ímpolita, Sr. Deputado. Ímpolita, em toda a minha vida! Essa é uma questão que tem de ficar aqui muito clara na minha posição. Não estou a dizer que o Sr.

Deputado está a dizer o contrário, não é nada disso. Aceito muito bem que se levantem essas questões.

Mas, como imaginará, para alguém que esteve o número de anos que esteve numa empresa, como eu estive, com os negócios todos que fiz, vir colocar-me uma questão sobre um almoço é uma questão que me perturba um bocadinho. Quer dizer, perturba não gastricamente, mas...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever o início da frase do orador)* ... o facto de o Governo do Partido Socialista ter anulado o concurso Lisboa-Poceirão.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Tem de chamar cá o Ministro

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — E essa conversa tinha exactamente a ver com o concurso... *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever o final da frase do orador.)*

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Sr. Deputado, a isso posso responder-lhe! Nunca falei com ninguém espanhol. A isso posso responder já! Nem tinha até percebido bem o que me colocou. Nunca falei com ninguém de empresa nenhuma sobre a anulação de nada. Nunca! Eu não tinha percebido bem a questão que me colocou. Nunca falei com ninguém sobre anulação de concurso nenhum, nem sei as razões. Terão de perguntar aos ministros que já cá estiveram ou vão estar, não faço ideia. Nunca falei com ninguém, nem espanhol nem português, além dos membros do consórcio, como é óbvio, a informá-los — um era francês, que era o da Vinci, e os outros eram portugueses, os do consórcio — que tinha sido anulado, fomos informados nesse sentido, e indemnizados dos gastos que tivermos, há



pouco tempo, também foi público, por este Governo. Nunca falei com nenhuma empresa nem espanhola, nem francesa, nem portuguesa, sobre a questão da anulação do concurso. A isso respondo-lhe frontalmente.

Peço desculpa, não tinha percebido a questão que, há pouco, tinha colocado.

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Tem a palavra, para levantar questões, o Sr. Deputado Duarte Filipe Marques.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Jorge Coelho, queria agradecer a sua sinceridade. De facto, marcou uma diferença face a outros ex-ministros que já cá estiveram, porque não aligeira responsabilidades, nem suas como tutela e muito menos até como membro do Governo, das decisões tomadas de forma coletiva. Digo isto, porque quem esteve cá antes, da sua área da tutela, não o fez e até várias vezes tentou aligeirar essas responsabilidades. Mas, quer de um partido quer do outro, essas pessoas já vieram cá responder, já falaram, outros virão cá ainda, e espero que acredite que a ideia é esclarecer a verdade, não estar aqui a crucificar ou a procurar saber quem é a empresa *a* ou *b* mas sobretudo, no que toca à decisão política e da responsabilidade do Estado, saber que erros foram, ou não, cometidos no passado. É isso que aqui nos traz.

O Sr. Doutor, há pouco, falava aqui num cenário económico do País fantástico, quando era Ministro, no tempo do Governo do Eng.º Guterres, e falou de vários indicadores económicos. Não posso deixar de reparar, aliás, que, para um partido que tanto crucifica o Prof. Cavaco Silva, num período logo após o seu mandato havia um bom cenário económico.

A pergunta que lhe faço, muito sincera, é a seguinte: sabendo que as grandes reformas, quando são feitas — e o período atual está a sofrer reformas muito profundas —, são mais complicadas e mais difíceis quando o País está em crise e a própria economia está em grande dificuldade, concorda ou não comigo que essa altura, em que havia crescimento económico, em que o País respirava, em que havia crédito, em que as empresas estavam a crescer, é que seria o tempo correto para, em vez de se ter investido tanto nessas infraestruturas, se ter optado por fazer reformas.

O Sr. Doutor falou muito sobre a América Latina e chegou ao ponto de dizer que os colombianos elogiam imenso o programa e a estratégia de investimento portuguesa das PPP. Imagino que eles elogiem, porque não são eles que a pagam. Devo dizer-lhe também, com todo o respeito e frontalidade, que os vários exemplos que usou aqui de países da América Latina, que são países importantes para Portugal investir, não serão, com certeza, os melhores para podermos comparar modelos de investimento de PPP com Portugal. São realidades diferentes, pelo que não retiramos lições desses países nestas matérias, se bem que há algumas exceções que merecem o nosso respeito e há algum trabalho bem feito.

Sr. Dr. Jorge Coelho, gostava ainda de o questionar sobre uma matéria que me parece importante e que será a minha última questão.

Ao contrário do que possa pensar e do que os Deputados do Partido Socialista aqui tentaram fazer crer, nós não temos intenção alguma de fazer ataques às pessoas, nem a alguém em particular. Queremos apurar a responsabilidade e, sobretudo, conseguir retirar ensinamentos para o futuro para que as coisas não voltem a acontecer da mesma forma. Com todo o respeito que me merece, e a sua frontalidade merece respeito, sei que a Mota-Engil era já uma empresa muito grande no setor em Portugal antes de o Sr. Doutor ser Ministro, antes de ser até seu administrador. Sei bem o

papel, a importância e a dimensão da empresa, por isso não vou dizer que a Mota-Engil cresceu ou deixou de crescer por causa da sua influência enquanto Ministro. Não vou mesmo e gostava que ouvisse isto com grande sinceridade. No entanto, o Deputado Rui Paulo Figueiredo e o Partido Socialista fizeram muita questão, mesmo muita questão, de perguntar ao Eng.º Ferreira do Amaral, na audição que aqui tivemos com ele, como é que via ou explicava ou até se não se sentia constrangido de, passados 12 anos de ser Ministro da tutela, ter ido trabalhar para a Lusoponte.

Sr. Doutor, gostava que percebesse que só lhe faço esta pergunta porque estranhei que o Deputado Rui Paulo Figueiredo não a tivesse colocado hoje — se calhar, ainda a vai colocar — ao Sr. Dr. Jorge Coelho que, passados sete anos, penso, foi trabalhar para uma empresa do setor. Digo-lhe que não tenho qualquer complexo ou problema que as pessoas saiam de funções públicas e vão para empresas privadas, sobretudo para empresas de qualidade, que fazem um trabalho importante no nosso País e dão emprego a muita gente. Só lhe coloco esta questão porque acho justo ser feita, já que o Partido Socialista se esqueceu, em coerência, de a fazer.

Agradeço as suas respostas, a sua sinceridade e a sua frontalidade.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Sr. Deputado, começo até pela última questão. Vou aqui dar conta de uma coisa: quem convidou o Eng.º Ferreira do Amaral para o atual mandato fui eu. Convidei-o para almoçar no Vela Latina.

*Risos.*

Almoçámos os dois no Vela Latina. Podem perguntar-lhe, se assim o entenderem. Fui eu que o convidei para renovar o mandato.

Quero aqui também testemunhar que sou amigo pessoal do Eng.º Ferreira do Amaral, já dos tempos em que ele era Ministro, sempre me tratou bem, eu era Deputado, e não porque não o chateasse com frequência, chateava-o com frequência, mas sempre tivemos uma boa relação. Quando entrei para a Mota-Engil, ele já era Presidente da Lusoponte, terminou o seu mandato, e eu entendi que não havia razões para que ele fosse substituído, porque estava a desenvolver um bom trabalho. Portanto, fui eu que, olhos nos olhos, o convidei para ser Presidente da Lusoponte.

Acho que, com isto, estou a responder à questão que me colocou. E acho que fiz bem. Não só estou a dizer que o fiz, como fiz aquilo que a minha consciência determinou que tivesse sido feito e hoje faria novamente o mesmo.

Segunda questão: a questão das reformas. Sr. Deputado, há opções políticas, os governos têm todo o direito a ter opções políticas e é bom que as tenham. O que é mau é quando os governos não têm opções nenhuma ou têm opções erradas. A opção que foi feita naquele momento foi a de que era preciso dar um abanão ao País, do ponto de vista daquilo que eram os fatores que levariam ao desenvolvimento económico e a criação de condições para aumentar a solidariedade do País. Assim, era preciso aproveitar o bom momento da economia a nível internacional e a nível nacional para se criarem condições de ter um País que criasse riqueza e que aguentasse, digamos, aquilo que era necessário aguentar.

Mas fizeram-se reformas, Sr. Deputado. Nesse ponto está enganado. Pode não estar é de acordo com as reformas que se fizeram.

Quer reforma mais importante na vida de um País do que a reforma da segurança social? Para mim, é das reformas mais importantes que se pode fazer num País, porque é garantir fundamentalmente às gerações que ainda estão no ativo e àquelas que vão entrar no trabalho ativo que têm um

futuro salvaguardado. Quando entrámos para o Governo, havia muitas dúvidas quanto à sustentabilidade da segurança social. Sabe uma das coisas que foram feitas? Algo que, hoje em dia, é impossível de fazer, e não estou, sequer, a criticar, estou a constatar, que foi a capitalização da segurança social, ou seja, passou o Orçamento do Estado a pagar as reformas para que a segurança social, com os próprios rendimentos das aplicações dos capitais que tinha, se pudesse capitalizar. Acho que foi uma reforma importantíssima.

Fizemos uma grande reforma na educação. Sr. Deputado, não tenha ilusões. Não estou a dizer que este Governo não tem mérito, não entro nisso, sinceramente. Fizemos uma grande reforma na educação, não tenha dúvidas. Para haver reflexos daquilo que é feito na educação são precisos muitos anos, não é uma reforma que, passados dois ou três anos, se está a ver aquilo que é feito. Não. Foi feita uma grande reforma, como disse há pouco, dirigida pelo Ministro Marçal Grilo, pelo Dr. Guilherme d'Oliveira Martins e pela Ana Benavente. Fizeram uma grande reforma, foi feito um grande investimento em infraestruturas, a nível dos conteúdos, dos programas, a nível das carreiras dos professores. Foi uma grande reforma.

Fizemos uma grande reforma na área da segurança. Fui Ministro da Administração Interna e nunca houve em Portugal, desde essa altura até hoje, um investimento tão grande em termos na área das forças de segurança, nos seus equipamentos, nas suas instalações. O Portugal democrático nunca levou bem em conta nem a área da segurança interna nem a área da justiça. Sempre ficaram no campo dos investimentos, um pouco para trás. E foi feito um esforço tremendo, do ponto de vista dos equipamentos, dos meios e das pessoas.

Foi feita uma grande reforma no campo ambiental, pelo Eng.º Sócrates. É preciso dizer as verdades com o seu nome. O Eng.º Sócrates fez

um trabalho notável durante aquele período em que foi, primeiro, Secretário de Estado e, depois, Ministro do Ambiente. Foi uma grande transformação.

Ou seja, foram feitas reformas. E não vou agora aqui maçá-los com outras que poderia estar a referir.

Também seria necessário fazer outras reformas, na área, por exemplo, da reforma da Administração Pública. É talvez verdade. Agora, deixe-me dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado: na área da Administração Pública foram feitas algumas coisas que reputo como algo muito importante para criar condições para que o País tivesse mais facilidade no funcionamento dos seus serviços. Por exemplo, o grande projeto da Loja do Cidadão, ainda hoje muito mais multiplicado, mas que está em desenvolvimento pelos governos todos do PSD. Nunca ninguém o acabou. Tenho muito orgulho por ter sido eu que o liderou com uma pessoa que era um grande amigo, mas que infelizmente já morreu, chamado Fausto Correia. Liderámos em conjunto esse projeto. Tenho um grande orgulho nisso.

Dir-me-á que era preciso fazer mais coisas. Poderá ter razão, não estou a dizer que não. Com certeza que, se hoje voltássemos para trás, podíamos ter dado mais prioridade a alguma coisa. Mas foram as decisões que tomámos face à visão que tínhamos do País. É que, repare, em termos de Administração Pública — e não estou aqui para criticar governos por decisões que tomaram, cada um fez aquilo que achou que havia necessidade de fazer —, a grande reforma que foi feita veio de trás e numa reforma aumentou a despesa pública em 100 milhões de contos, Sr. Deputado. Nunca foi um Governo do Partido Socialista que fez tal coisa. Eu sei as circunstâncias, a Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças, à altura, já uma vez, particularmente, me explicou como foi feito e eu não vou aqui utilizar

conversas privadas que tive relativamente a essa matéria. Mas foi um facto. Foram 100 milhões de contos de aumento da despesa de uma vez na Administração Pública.

Isso são coisas que acontecem nas vidas dos governos. Às vezes fazem-se coisas mais certas, outras menos certas. Mas há uma coisa que lhe digo: a convicção do que devíamos fazer para transformar o País foi a prioridade que demos a essas reformas, e essas fizemo-las. Devíamos ter feito mais reformas? Eventualmente, não digo que não.

Falta responder à questão dos colombianos. Sr. Deputado — agora ia chamar-lhe Primeiro-Ministro e, se calhar, ainda vai ser, porque eu às vezes engano-me nestas coisas e podem acontecer —, vi o Sr. Primeiro-Ministro português, Sr. Dr. Pedro Passos Coelho, perante o Presidente da Colômbia, quando fez estas referências, satisfeito por ele estar a elogiar Portugal, e eu também fiquei satisfeito por ele estar a dizer aquilo. Não me diga que não são países para comparar, porque vi o nosso Primeiro-Ministro elogiar muito o país, a forma de governo, o funcionamento daquilo tudo. E o Ministro Paulo Portas está de viagem para aqueles lados neste momento. Veja lá se não arranja algum problema diplomático ao seu Governo, porque são países de que o Governo português, para todos os efeitos, precisa, Sr. Deputado. Pode cada um de nós gostar mais deste ou daquele. Por exemplo, há um de que o meu partido até gostava muito e de que eu nunca gostei, mas o problema era meu, não era do meu partido nem do Governo que eu sempre apoiei. Eu nunca gostei dele, mas a necessidade obriga-o, Sr. Deputado. O Deputado Fernando Serrasqueiro ficou já meio cidadão desse país que estou a referir, dadas as vezes que lá foi.

*Risos.*

Nunca gostei de tal personalidade e também não é agora que vou mudar. No entanto, compreendo que não se pode misturar as questões políticas com as questões de natureza económica, e estas eram questões de natureza económica, como é óbvio. Este homem era Secretário de Estado do Comércio, tinha de andar a ajudar o nosso comércio a desenvolver-se pelo mundo, e fez muito bem. A mim, se tivesse de ir lá, custava-me mais, com sinceridade, do que com certeza a outras pessoas, mas cada um é como é.

Portanto, são países que têm as suas características.

Contudo, quanto às parcerias público-privadas, deixe-me dar-lhe outro exemplo: a Polónia. Penso que não terá grandes problemas relativamente ao governo polaco, ao sistema polaco, é um país da União Europeia, tem-se aguentado bem nesta crise toda e é, aliás, o país da Europa que se tem aguentado melhorzinho nisto tudo. Na Polónia as PPP estão em grande moda nas autarquias — e aqui, em Portugal, também nos estamos a esquecer, há muitas PPP nas autarquias, de todos os partidos, porque há autarquias de todos os partidos. Do PP não, porque não tem autarquias, Sr. Deputado.

*Risos.*

Tem uma autarquia e também era demais.

Como estava a dizer, está na moda na Polónia, é uma coisa que está a surgir para pequenos equipamentos.

Para terminar, Sr. Deputado, sobre esta questão que estamos aqui a discutir, há uma coisa que gostava de dizer aos Srs. Deputados — e a frontalidade que estou aqui a ter, como sabem, é sempre a minha maneira de estar na vida. Durante o tempo todo em que ocupei estas funções,



sempre discuti e recebi todas as pessoas que queriam discutir estes assuntos comigo. E há uma coisa que lhes posso garantir, Srs. Deputados: recebi Deputados, recebi presidentes de Câmara, e nenhum me foi dizer que não queria as coisas; todos foram dizer que determinada estrada era pequena, tinha de haver mais duas e mais três saídas, que aquilo tudo era pouco — de todos os partidos, incluindo o Partido Comunista! Nunca recebi ninguém, enquanto fui membro do Governo, que não fosse falar comigo... E tudo com justificação, não estou a dizer que era porque se lembravam. Não, é o normal. São pressões das populações que querem ter uma vida melhor. Algumas coisas era possível resolver, outras coisas não, mas isso é considerado normal.

Espero que isto também não possa ser considerado tráfico de influências, porque um Ministro receber um Deputado ou um Presidente de Câmara faz parte da sua vida do dia-a-dia, mas compete-lhe analisar se tem sentido, ou não, o que está a ser colocado. E quem está a dizer para estradas, está a dizer para casas, está a dizer para tudo, faz parte do papel de cada um de nós, de qualquer Governo, daquele, deste ou de qualquer outro. Há, no entanto, uma coisa que é importante referir: nunca recebi ninguém que me fosse dizer: «Estive a falar com a minha consciência e este investimento não vale a pena, porque esta estrada tem pouco tráfego, vive aqui pouca gente...» Sr. Deputado, se fosse possível uma estrada junto à porta de casa de cada um, então, era o ideal...!

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Ou uma escola em cada rua.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Ou uma escola, um centro de saúde, um pavilhão, uma rotunda, tudo! Este é o País que infelizmente... É preciso

que as pessoas que têm responsabilidades, sejam os senhores, seja eu, seja quem for, ponham a outro nível aquelas que são as exigências do País, que é ter pessoas com níveis de qualificação diferentes... Quer dizer, que seja tudo bastante diferente disto, porque o País só com as outras coisas é que consegue sair disto; só com isso não vai lá, com sinceridade. É a minha opinião.

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Com a devida autorização do Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo, vou dar primeiro a palavra ao Sr. Deputado Hélder Amaral, que vai ter de sair mais cedo.

Assim sendo, tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Obrigado, Sr. Presidente, serei muito breve.

É que há coisas que são ditas, para além do tom amigo e distendido com que estamos a fazer esta audição, e, obviamente, sendo um duplo prazer rever o Sr. Dr. Jorge Coelho, não só por cumprimentos beirões, mas porque tenho por ele grande estima e consideração, precisamos de recentrar a audição.

Porventura, foi defeito meu ou da minha bancada, mas quisemos fazer uma Comissão de Inquérito um pouco mais curta, mais focada. No entanto, tivemos de consensualizar com as outras bancadas, nomeadamente com a do Bloco de Esquerda, para incluir todas as PPP.

Os nomes aqui chamados não podiam ser outros, porque, de todas as PPP, o Partido Socialista tem 26, o PSD tem 3, o CDS tem apenas 1 e em coligação — é como a câmara municipal, temos só uma, mas, segundo o técnico oficial de contas, é a melhor câmara do País, porque paga a 16 dias, não tem empresas municipais, tem dinheiro no banco, empresta a juros

mais baixos do que a troica e, portanto, como vê, é um mimo. É por essa razão que vêm mais responsáveis socialistas do que de outro partido.

Mas gostava de recentrar a questão, pois, em face do nosso objetivo, entendo que ficamos aqui com algum amargo de boca. É que tinha a perfeita convicção de que, aproveitando a experiência de V. Ex.<sup>a</sup>, podíamos encontrar, no horizonte das PPP, alguns constrangimentos ou alguns defeitos na avaliação do Estado, na forma de contratualizar, no acompanhamento e na monitorização que nos pudessem evitar este ruído de fundo, que acredito que seja muito ruído e, porventura, pouca certeza de que o Estado tem sempre menos meios e menos condições.

De facto, sendo uma pessoa com tanta experiência, podíamos tê-lo chamado na primeira fase, em que quisemos fazer a teoria geral, e ter-lhe perguntado como é que o Estado podia fazer melhor, sem matar este modelo, que parece útil e que outros países copiam. Por exemplo, a Holanda tem o comparador público, que nós utilizamos pouco nas PPP, mas a Holanda utiliza antes e depois e só depois é que contratualiza, ou seja, tem um duplo controlo.

O Tribunal de Contas tem feito muitas recomendações, no sentido de que era desejável e pertinente que o Estado fizesse isso, mas nós temos um modelo de PPP já maduro, pelo que talvez não seja necessário.

Não lhe fiz perguntas sobre as concessões que V. Ex.<sup>a</sup> assinou, pela simples razão de que elas, de facto, não têm nada de extraordinário para avaliar, têm, depois, as renegociações, mas estas não foram feitas por si. E, nas renegociações, lá está, o Estado decidiu pôr portagens — decisão política, questionável, é certo, mas foi a decisão —, isso trouxe reequilíbrios financeiros e trouxe até custos para o Estado. Podíamos estar aqui a discutir isto, porque, se calhar, foi má ideia pôr portagens — não sei —, mas também é um modelo que vale a pena avaliar.

O que me preocupa, de facto, é perceber como é que o Estado, nos custos diretos — o capital, as infraestruturas, os serviços — e nos custos indiretos, onde estão, muitas vezes, os benefícios-sombra... Por exemplo, nós fizemos renegociações das PPP que assinou e mantivemos, grosso modo, a TIR, mas o Estado assumiu o risco de tráfego e, segundo os entendidos, a única coisa com que o Estado deveria ter cuidado era com o tráfego, porque o seu comportamento é tão imprevisível a 30 anos que, de facto, o Estado deve pôr isso nos privados. Foi dito pelo Presidente da Ascendi: «Esse risco, nós não queríamos».

Portanto, obviamente, há aqui negócios em que o Estado tem de chegar a consenso e até há quem diga que, se não fosse assim, os privados não assinariam. Aconteceu, por exemplo, com a nossa estrada de Coimbra, que espero que um dia possamos vir a ter, relativamente à qual a comissão de avaliação disse: «Bom, há aqui um aumento significativo dos preços, aconselhamos a não assinatura». Aí está, a comissão de avaliação fez bem o seu papel, aconselhou bem o Estado e o Governo da altura, do Partido Socialista, e nós não assinámos isso. Mas, depois, por azar dos Távoras, entrámos na guilhotina de que não há mais investimentos públicos.

Portanto, sem o constrangimento de acusar alguém, porque não é essa a nossa posição aqui, o que queremos saber é como é que o Estado pode continuar a fazer parcerias público-privadas, tendo em conta a sua capacidade e a economia do País, e, ao fazê-las, deve ter cuidados na partilha dos riscos, que estão todos elencados. É que todas as subconcessões que V. Ex.<sup>a</sup> assinou, e com isto termino, tiveram reequilíbrios financeiros. Porquê? Muitas delas por atrasos nas expropriações, alterações de traçado, o que devia estar acautelado. Os riscos deviam ser, porventura, partilhados e não assumidos apenas do lado do Estado.

No fundo, era esta pedagogia que esperava de quem é tão experiente. Não quero ter a maçada de o voltar a chamar ou de propor que volte, porque tem mais que fazer, mas, de facto, e uma vez que tem a visão dos dois lados, perdemos uma oportunidade de nos ajudar a perceber, para que constasse do relatório, com que é que o Estado deve ter cuidado e o que é que não deve fazer.

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Sr. Deputado, parece-me que as questões que coloca, até do ponto de vista pedagógico, são importantes, mas os senhores é que sabem o que importa abordar e sistematizar relativamente a este modelo, no que diz respeito àquele que deve ser o objetivo desta Comissão.

Mas penso que se tem aprendido alguma coisa, nestes anos todos, quanto aos pontos importantes que criam mais riscos para o Estado e para os privados, e estou convencido de que, nas negociações que estão a ser desenvolvidas neste momento, para fazer os ajustamentos que a situação global do País impõe que sejam feitos, várias das questões que referiu serão alteradas, porque, como disse, há experiência e, com a experiência que existe, de ambas as partes, sabem os concessionários que não podem impor modelos que levem à rutura financeira dos projetos, porque, se não, eles acabam. Mas é possível haver aqui ajustamentos e até compreendo que, face aos condicionalismos em que o País hoje vive, haja alterações das TIR. Pessoalmente, nada tenho contra isso, face às novas circunstâncias em que se vive, desde que não ponham em causa a rentabilidade justa de um projeto. Agora, todos temos de ter consciência de que isso, como foi aqui, há pouco, discutido, até depende mais dos bancos do que dos próprios concessionários. Os bancos têm de se preparar para isso, nomeadamente o

Banco Europeu de Investimento, porque, como sabe, é o maior financiador das parcerias público-privadas em Portugal.

Mas considero que aquilo que referiu são questões importantes e pertinentes, que estão, digamos, interiorizadas por quem, hoje em dia, tem essa responsabilidade, quer da parte da Estradas de Portugal — que é dirigida pelo António Ramalho —, quer da parte das concessionárias, que são pessoas experientes, nomeadamente o António Ramalho, que tem uma forte experiência financeira, que, aqui, é muito importante, e isto permitirá encontrar um modelo melhor.

Deixo aqui uma nota: é muito grave diabolizar este instrumento, mas é muito importante, até em termos de opinião pública, torná-lo mais transparente e melhorá-lo naquilo que é possível melhorar, porque é possível melhorar. O Sr. Deputado suscitou várias questões que se podem pôr a funcionar de forma mais adaptada aos tempos que se vivem hoje, que são diferentes dos tempos de 1996, quando se começou a discutir isto. Os tempos mudaram, os ajustamentos têm de ser diferentes e as próprias empresas também têm de perceber que o País está com dificuldades globais, bem como os cidadãos, e que isto tem de tocar a todos, não é verdade?!

Portanto, nessa lógica, penso que é possível atingir objetivos que vão ao encontro da sua reflexão, Sr. Deputado, da qual comungo. Não tenho qualquer problema em dizer que são questões centrais que se podem ajustar e melhorar, na nova formatação que está a ser construída.

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, quatro notas, o mais sintéticas possível.

A primeira nota vai no sentido de dizer que nos revemos nesta última intervenção do Sr. Deputado Hélder Amaral, até no sentido de que as parcerias público-privadas pelas quais o Dr. Jorge Coelho foi chamado, e é bom que isto fique registado, não têm qualquer problema e, afinal, o que queríamos era colher a sua experiência em termos de futuro. Aliás, também tem sido um pouco esta a linha que temos defendido e que, pessoalmente, tenho defendido: entendemos que devia sair desta Comissão de Inquérito uma espécie de manual com tudo aquilo que importa melhorar, com tudo aquilo que sejam boas práticas.

O Sr. Deputado Duarte Marques, há pouco, citou-me, e citou-me bem, porque também é algo que tenho defendido, só lhe faltou situar o contexto. É que também entendo que, de facto, deve existir um reforço das incompatibilidades para passar do público para o privado e do privado para o público. Quanto ao contexto, quis dizer isso na presença do Eng.º Ferreira do Amaral, porque não ficava bem dizê-lo fora da sua presença e com ele aqui não o ter dito. É que a intervenção nasceu no duplo pagamento à Lusoponte e na atuação de uma atual assessora do Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, que tinha saído da Lusoponte e de empresas que fazem parte do consórcio da Lusoponte e tinha tido uma intervenção direta. Portanto, fiz essa referência, mantenho-a, defendo-a, e defendo ainda uma outra coisa que o Sr. Deputado Duarte Marques também poderia ter citado, porque esta é uma opinião muito pessoal e nem sequer é a opinião maioritária no meu partido, que, independentemente disto, me escolheu para estar aqui: não diabolizo as parcerias público-privadas nem os consórcios bancários, nem as empresas, mas sou fortemente crítico do modelo e da sua implementação. Pessoalmente, sou até muito mais crítico

do que o meu partido tem sido, mas, no atual contexto em que vivemos, temos de procurar adequar o modelo àquelas que são as realidades do País, sem o diabolizar, e é por isso que, de um modo construtivo, eu próprio, em nome do Partido Socialista, tenho tido conversas com o atual Secretário de Estado das Obras Públicas e com responsáveis da Estradas de Portugal. Não vou aqui revelar conversas privadas, mas temos procurado construir consensos em torno daquilo que importa melhorar.

O Sr. Deputado Adriano Rafael Moreira, há pouco, certamente por distração, disse que o Partido Socialista salvaguardava sempre as instituições financeiras e os bancos, e citou uma proposta que tínhamos apresentado em sede de Orçamento. Está completamente enganado, Sr. Deputado! Ou o Sr. Deputado não leu, ou esqueceu-se, ou distraiu-se, porque a proposta referia aquilo que o Sr. Deputado referiu, no sentido de taxar as taxas de rentabilidade efetiva — por economia de tempo, não vou estar aqui a explicar a proposta toda —, mas, nos seus pontos 4, 5 e 6 referia também, exatamente, uma contribuição de solidariedade de 20% das instituições financeiras que tivessem celebrado ou viessem a celebrar contratos de financiamento. Depois, no ponto 5, referia o que eram estes fluxos financeiros — juros, garantias, cauções, outras formas de remuneração — e como é que isto se interligava com o IRC.

Portanto, o Partido Socialista não salvaguarda os fluxos financeiros, mas não diaboliza as instituições financeiras, porque o País precisa de um sistema financeiro forte e que financie a economia, mas também este tem de se ajustar e contribuir.

Para terminar, Sr. Presidente, só duas notas mais breves, concretamente um apelo e uma reflexão.

Dizia o Dr. Jorge Coelho que alguns responsáveis gostavam de cá vir e que até quase podia falar por eles. Nós também gostávamos que alguns cá



viessem e, portanto, o apelo que fazemos, em especial, à bancada do PSD é o de que não sejam tão partidários nas aprovações e nos chumbos que fazem. E de duas, uma: ou deixam cá vir, mais uma vez, o Dr. Paulo Campos, porque já chumbaram duas vezes a vinda dele a esta Comissão, ou, então, deixam de invocar o seu nome, na sua ausência, o que penso ser muito melhor.

Para terminar, o Dr. Jorge Coelho, a propósito da inquirição que foi feita pelo Deputado Altino Bessa, disse uma frase marcante e que deve ser sublinhada, nos tempos que correm, nos tempos que vivemos. O Dr. Jorge Coelho disse que não confundia amizades com a defesa do interesse público. Penso que é uma frase importante e que o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, também não devia confundir amizades com a defesa do interesse público, pelo que deve meditar bem na frase que o Dr. Jorge Coelho aqui disse e aplicá-la a si próprio.

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Sr. Dr. Jorge Coelho, se quiser responder...

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Não há nada a responder, Sr. Presidente, mas, já agora, quero aproveitar para dizer que, quando se têm posições frontais e se procura ser transparente na vida, às vezes, também se têm desgostos.

Eu, por um problema de consciência, e vários amigos meus me disseram que não regulo bem da cabeça, fui o único político português que renunciou à subvenção política que me tinha sido...

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Há mais!

O Sr. Dr. **Jorge Coelho**: — Não há, não! Já depois de a terem, não! Renunciaram antes de a terem, eu renunciei depois de a ter!

Bem, ontem, qual não foi o meu espanto, quando vi, num canal de televisão, nestas negociações que estão a ser feitas com a troica, aparecer a imposição de também cortar uma parte significativa dessa subvenção (para quem não sabe e tem essa subvenção, também vai ficar sem algum dinheiro da mesma). Quem era lá apresentado como exemplo de quem a recebe? Eu próprio! Portanto, aconselho-os a refletirem bem, quando tomarem decisões dessa natureza. É que, depois de tudo, e de não receber o dinheiro, exemplos de quem o recebe: entre outros, a minha pessoa. Por acaso, apresentaram-me numas fotografias muito antigas, em que eu ainda parecia um comandante da Sierra Maestra, ou coisa assim, e pode ser que tenha passado...

*Risos.*

Isto para dar conta de que a vida não está fácil. É uma nota de que as coisas nem sempre saem de acordo com a justiça das decisões que se tomam, como foi ontem o caso. Ontem, sou franco, estava a olhar para aquilo e nem queria acreditar. Pensei assim: «Agora é que vou ser gozado até mais não, por toda a gente, pelo facto de ter ficado sem o dinheiro — e fiquei de bem com a minha consciência — e passar por recebê-lo».

Hoje, já andei num centro comercial e ninguém me disse nada. Fiquei mais tranquilo, porque, nos tempos que correm, uma coisa dessas, além do mais, até pode ser perigosa.

Portanto, esta nota era para que, hoje, também não saia daqui nada que não tenha sido dito no âmbito daquela que foi a reunião desta Comissão.

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Muito obrigado, Sr. Dr. Jorge Coelho.

Termino agradecendo aos Srs. Deputados, pela forma como os trabalhos decorreram, e, sobretudo, ao Sr. Dr. Jorge Coelho, pela forma como colaborou connosco e deu as respostas que entendeu dar.

Recordo que, amanhã, pelas 17 horas e 30 minutos, teremos connosco, para ser ouvido, o Dr. Francisco Pereira Soares, que é o coordenador da comissão de renegociação.

Resta-me informar que o Sr. Deputado Altino Bessa vai fazer chegar à Mesa o documento a que aludiu há pouco, ao qual darei entrada.

Está encerrada a reunião.

*Eram 20 horas e 36 minutos.*

---

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.